

## Sumário

ATIVO.....	4
PASSIVO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PL.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	9
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	10
( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	19
( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	21
( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO .....	32
( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	33
( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	33
( 7 ) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	33
( 8 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	34
( 9 ) IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR.....	35
( 10 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS .....	36
( 11 ) OUTROS ATIVOS .....	40
( 12 ) INVESTIMENTOS .....	41
( 13 ) IMOBILIZADO.....	49
( 14 ) INTANGÍVEL .....	52
( 15 ) FORNECEDORES .....	55
( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	56
( 17 ) DEBÊNTURES .....	61
( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	63
( 19 ) PROVISÕES.....	64
( 20 ) ADIANTAMENTOS.....	67
( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	68
( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	68
( 23 ) LUCRO POR AÇÃO .....	70
( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	71
( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA .....	71
( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	72
( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO.....	73
( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	73
( 29 ) SEGUROS.....	77
( 30 ) GESTÃO DE RISCOS .....	77
( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	79
( 32 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	84
( 33 ) COMPROMISSOS.....	84
( 34 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA .....	85
( 35 ) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES .....	89

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	178.865	57.586	326.991	412.579
Títulos e valores mobiliários	6	7.426	43.881	308.482	449.786
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	201.793	106.327	366.476	232.632
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	75.907	89.798	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	10.770	15.703	17.836	46.761
Outros tributos a compensar	9	40.695	25.351	114.395	52.168
Derivativos	31	60.338	-	60.338	-
Outros ativos	11	97.892	33.093	222.367	118.447
Total do circulante		673.684	371.738	1.416.887	1.312.372
Não circulante					
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7	8.582	63.313	13.130	568.498
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	68.294	41.744	204.998	150.210
Coligadas, controladas e controladora	28	238.558	-	-	-
Depósitos judiciais	19	2.320	514	16.590	14.118
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	43.730	25.584	74.104	32.320
Outros tributos a compensar	9	-	-	3.580	3.580
Derivativos	31	27.741	-	27.741	-
Créditos fiscais diferidos	10	-	-	1.237	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	528.914	274.399	-	-
Outros ativos	11	24.978	10.960	56.602	69.157
Investimentos	12	6.491.017	6.238.267	171.129	-
Imobilizado	13	1.677.751	772.707	7.888.374	7.172.083
Intangível	14	871.559	863.210	2.394.934	2.486.385
Total do não circulante		9.983.445	8.290.699	10.852.418	10.496.351
Total do ativo		10.657.129	8.662.437	12.269.305	11.808.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	139.496	84.861	179.479	136.717
Empréstimos e financiamentos	16	230.111	131.479	272.016	404.779
Debêntures	17	8.294	201.019	8.294	212.251
Entidade de previdência privada	34	3.149	-	3.149	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	878	-	32.832	25.395
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	56.475	16.839	67.678	25.945
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	2.026.115	533.944	2.084.052	422.082
Dividendos	28	188.218	-	188.708	478
Contas a pagar de aquisições		9.838	7.901	9.838	7.901
Provisões	19	-	-	19.946	24.485
Obrigações estimadas com pessoal		10.423	6.902	10.423	6.902
Adiantamentos	20	98.070	67.263	444.640	248.883
Outras contas a pagar	21	40.119	13.654	75.279	29.922
<b>Total do circulante</b>		<b>2.811.185</b>	<b>1.063.860</b>	<b>3.396.333</b>	<b>1.545.741</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	15	2.756	1.005	120.116	104.206
Empréstimos e financiamentos	16	468.098	659.450	686.135	2.896.675
Debêntures	17	1.121.326	1.402.384	1.121.326	1.491.001
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	168.367	658.533	-	-
Entidade de previdência privada	34	49.298	-	49.298	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	839	805
Débitos fiscais diferidos	10	108.861	268.288	669.882	826.239
Provisões	19	59.916	63.216	223.388	228.823
Provisão para perda em investimento	12	41	295	-	-
Adiantamentos	20	786	-	24.626	43.248
Outras contas a pagar	21	2.093	972	7.308	25.565
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.981.542</b>	<b>3.054.142</b>	<b>2.902.917</b>	<b>5.616.562</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	22				
Capital social		4.032.292	3.698.060	4.032.292	3.698.060
Reserva de capital		590.379	592.347	590.379	592.347
Reservas de lucros		962.778	224.956	962.778	224.956
Resultado abrangente acumulado		278.954	29.070	278.954	29.070
		<b>5.864.403</b>	<b>4.544.433</b>	<b>5.864.403</b>	<b>4.544.433</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	105.653	101.987
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.864.403</b>	<b>4.544.433</b>	<b>5.970.055</b>	<b>4.646.421</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>10.657.129</b>	<b>8.662.437</b>	<b>12.269.305</b>	<b>11.808.723</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>588.678</b>	<b>409.577</b>	<b>2.198.696</b>	<b>1.928.011</b>
<b>Custo com serviços</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>	25	<b>(182.925)</b>	<b>(135.136)</b>	<b>(339.928)</b>	<b>(319.634)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(129.427)</b>	<b>(113.913)</b>	<b>(689.167)</b>	<b>(726.527)</b>
Depreciação e amortização		(87.104)	(69.355)	(440.352)	(478.638)
Outros custos com operação	26	(42.323)	(44.558)	(248.815)	(247.889)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>276.326</b>	<b>160.528</b>	<b>1.169.601</b>	<b>881.850</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>	26	<b>(34)</b>	<b>(20)</b>	<b>(61)</b>	<b>(28)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(27)	-
Outras despesas com vendas		(34)	(20)	(34)	(28)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(129.549)</b>	<b>(137.391)</b>	<b>(141.100)</b>	<b>(154.085)</b>
Depreciação e amortização		(9.048)	(7.844)	2.213	(7.857)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(120.501)	(129.547)	(143.313)	(146.228)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(98.090)</b>	<b>(72.624)</b>	<b>(209.151)</b>	<b>(169.924)</b>
Amortização de intangível da concessão		(64.430)	(64.432)	(161.006)	(159.227)
Outras despesas operacionais	26	(33.660)	(8.192)	(48.145)	(10.697)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>48.651</b>	<b>(49.507)</b>	<b>819.289</b>	<b>557.812</b>
Resultado de participações societárias	12	629.640	401.934	45.357	-
<b>Resultado financeiro</b>	27				
Receitas financeiras		28.352	36.940	98.805	172.658
Despesas financeiras		(207.901)	(301.666)	(399.208)	(576.292)
		<b>(179.549)</b>	<b>(264.726)</b>	<b>(300.404)</b>	<b>(403.634)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>498.742</b>	<b>87.701</b>	<b>564.243</b>	<b>154.176</b>
Contribuição social	10	77.873	1.708	57.517	(17.836)
Imposto de renda	10	215.881	7.220	184.247	(29.316)
		<b>293.754</b>	<b>8.928</b>	<b>241.763</b>	<b>(47.152)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>792.496</b>	<b>96.628</b>	<b>806.006</b>	<b>107.024</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				792.496	96.628
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				13.510	10.396
Lucro líquido por ação	23				
Lucro líquido básico por ação - R\$				1,45	0,19
Lucro líquido diluído por ação - R\$				1,45	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>792.496</b>	<b>96.628</b>	<b>806.006</b>	<b>107.024</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(22.768)	-	(22.768)	-
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	294	-	294	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>770.022</b>	<b>96.628</b>	<b>783.532</b>	<b>107.024</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			770.022	96.628
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			13.510	10.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros							Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Custo atribuído	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Perdas atuariais	Lucros acumulados	Total		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.398.048</b>	<b>592.347</b>	<b>6.413</b>	<b>26.840</b>	<b>91.393</b>	-	-	<b>32.753</b>	-	-	-	<b>4.147.794</b>	<b>103.377</b>	<b>4.251.171</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>96.628</b>	<b>96.628</b>	<b>10.396</b>	107.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.628	96.628	10.396	107.024
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	<b>4.831</b>	<b>22.949</b>	<b>72.530</b>	-	-	<b>(3.683)</b>	-	-	<b>(96.628)</b>	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(3.683)	-	-	3.683	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	4.831	-	-	-	-	-	-	-	(4.831)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	22.949	-	-	-	-	-	-	(22.949)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	72.530	-	-	-	-	-	(72.530)	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>300.012</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>300.012</b>	<b>(11.786)</b>	<b>288.226</b>
Aumento de capital	300.012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.012	111	300.123
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.897)	(11.897)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.698.060</b>	<b>592.347</b>	<b>11.244</b>	<b>49.789</b>	<b>163.924</b>	-	-	<b>29.070</b>	-	-	-	<b>4.544.434</b>	<b>101.987</b>	<b>4.646.421</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	294	<b>(22.768)</b>	<b>792.496</b>	<b>770.022</b>	<b>13.510</b>	<b>783.532</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	792.496	792.496	13.510	806.006
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.768)	-	(22.768)	-	(22.768)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	294	-	-	294	-	294
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	<b>39.625</b>	-	<b>(116.120)</b>	<b>116.120</b>	-	<b>(9.482)</b>	-	-	<b>(30.143)</b>	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(9.482)	-	-	9.482	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos	-	-	-	-	(116.120)	116.120	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	39.625	-	-	-	-	-	-	-	(39.625)	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>334.232</b>	<b>(1.968)</b>	-	<b>(49.789)</b>	<b>(318)</b>	-	<b>748.303</b>	<b>316.359</b>	-	<b>(34.519)</b>	<b>(762.354)</b>	<b>549.947</b>	<b>(9.844)</b>	<b>540.102</b>
Alteração em participação sem alteração no controle	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6.563	6.568
Resgate de ações	-	(1.973)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.973)	-	(1.973)
Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração	124.232	-	-	-	-	-	-	316.359	-	(34.519)	173.849	579.921	-	579.921
Aumento de capital direto por controladora	210.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210.000	-	210.000
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(318)	-	748.303	-	-	-	(747.985)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.218)	(188.218)	(16.410)	(204.628)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(49.789)	-	-	-	-	-	-	-	(49.789)	-	(49.789)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.032.292</b>	<b>590.379</b>	<b>50.869</b>	-	<b>47.486</b>	<b>116.120</b>	<b>748.303</b>	<b>335.947</b>	<b>294</b>	<b>(57.287)</b>	-	<b>5.864.403</b>	<b>105.653</b>	<b>5.970.055</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>498.742</b>	<b>87.701</b>	<b>564.243</b>	<b>154.176</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	160.584	141.631	598.465	645.722
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.256	(167)	20.098	46
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	27	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(4.304)	258.944	289.644	422.989
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	1.173	-	1.173	-
Resultado de participações societárias	(629.640)	(401.934)	(45.357)	-
Perda na baixa de ativo não circulante	19.982	8.176	15.426	10.202
Outros	-	-	(8.679)	-
	<b>51.793</b>	<b>94.351</b>	<b>1.435.040</b>	<b>1.233.135</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(34.042)	(46.689)	(100.687)	8.504
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	408.512	418.927	-	-
Tributos a compensar	(123.126)	(1.938)	(186.213)	(27.396)
Depósitos judiciais	224	72	100	50
Adiantamentos de fornecedores	(30.493)	(7.377)	(30.342)	(11.568)
Outros ativos operacionais	17.170	9.874	(18.874)	(58.525)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	51.297	29.501	53.582	51.753
Outros tributos e contribuições sociais	47.789	2.852	63.588	(6.485)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(706)	-	(706)	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(31)	(957)	(47)	(1.317)
Adiantamentos de clientes	31.597	(4.265)	177.135	32.228
Outros passivos operacionais	(47.687)	(75.453)	(13.865)	(41.301)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>372.297</b>	<b>418.898</b>	<b>1.378.711</b>	<b>1.179.078</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(95.867)	(132.866)	(208.464)	(354.550)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59)	-	(75.464)	(86.544)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>276.371</b>	<b>286.032</b>	<b>1.094.783</b>	<b>737.984</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aumento de capital em investidas	(552.809)	(23.385)	-	-
Redução de capital em subsidiárias	592.940	184.073	-	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	22.641	-	1.890	-
Aquisições de imobilizado	(77.855)	(30.354)	(262.804)	(128.124)
Adições de Intangível	(8.113)	(5.989)	(8.350)	(6.032)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(12.133)	(246.914)	(389.683)	(782.390)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	104.276	297.270	1.088.999	361.655
Adiantamento para futuro aumento de capital	(257.372)	(270.182)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(552.068)	125	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	316.660	-	-	-
Outros	(1.968)	-	(1.968)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(425.801)</b>	<b>(95.356)</b>	<b>428.084</b>	<b>(554.891)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital por acionistas não controladores	(5.859)	-	(5.859)	-
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	(877.751)	(77.964)	(454.232)	(1.008)
Captação de empréstimos e debêntures	120.000	837.996	123.000	836.352
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(917.896)	(1.002.386)	(3.280.791)	(1.466.947)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12	-	12
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(49.789)	-	(66.188)	(15.494)
Aumento de caixa em função de aumento de participação societária	-	-	6.563	-
Liquidação de operações com derivativos	2.004	-	2.004	-
Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	2.000.000	-	2.067.048	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>270.709</b>	<b>(242.342)</b>	<b>(1.608.455)</b>	<b>(647.085)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>121.279</b>	<b>(51.666)</b>	<b>(85.588)</b>	<b>(463.992)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>57.586</b>	<b>109.252</b>	<b>412.579</b>	<b>876.571</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>178.865</b>	<b>57.586</b>	<b>326.991</b>	<b>412.579</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>738.108</b>	<b>540.358</b>	<b>2.606.555</b>	<b>2.289.576</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	654.114	475.634	2.338.311	2.042.953
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	83.995	64.724	268.271	246.624
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(27)	-
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(399.179)</b>	<b>(305.038)</b>	<b>(905.408)</b>	<b>(840.938)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(200.135)	(148.146)	(354.736)	(328.384)
2.2 Material	(58.158)	(28.301)	(129.888)	(86.256)
2.3 Serviços de terceiros	(96.242)	(114.895)	(335.762)	(384.504)
2.4 Outros	(44.644)	(13.696)	(85.022)	(41.794)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>338.929</b>	<b>235.320</b>	<b>1.701.147</b>	<b>1.448.638</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(160.582)</b>	<b>(141.631)</b>	<b>(599.145)</b>	<b>(645.722)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(96.152)	(77.199)	(438.139)	(486.495)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.430)	(64.432)	(161.006)	(159.227)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>178.347</b>	<b>93.689</b>	<b>1.102.002</b>	<b>802.916</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>659.261</b>	<b>440.671</b>	<b>145.726</b>	<b>175.534</b>
6.1 Receitas financeiras	29.621	38.737	100.369	175.534
6.2 Equivalência patrimonial	629.640	401.934	45.357	-
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>837.608</b>	<b>534.360</b>	<b>1.247.728</b>	<b>978.451</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>54.316</b>	<b>66.370</b>	<b>93.052</b>	<b>97.588</b>
8.1.1 Remuneração direta	29.653	41.505	68.177	72.582
8.1.2 Benefícios	19.282	17.485	19.485	17.550
8.1.3 F.G.T.S	5.381	7.381	5.390	7.456
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(228.436)</b>	<b>60.152</b>	<b>(99.402)</b>	<b>169.964</b>
8.2.1 Federais	(228.436)	60.152	(99.694)	169.095
8.2.2 Estaduais	-	-	292	869
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>219.232</b>	<b>311.210</b>	<b>448.070</b>	<b>603.875</b>
8.3.1 Juros	207.562	301.347	398.803	575.817
8.3.2 Aluguéis	11.670	9.863	49.267	28.058
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>792.496</b>	<b>96.628</b>	<b>806.008</b>	<b>107.024</b>
8.4.1 Lucro do exercício	44.193	96.628	41.295	107.024
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	748.303	-	764.713	-
	<b>837.608</b>	<b>534.360</b>	<b>1.247.728</b>	<b>978.451</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

<b>Empreendimentos da Companhia</b>	<b>Capacidade de energia instalada (MW)</b>	<b>Data</b>	<b>Prazo</b>
Bons Ventos	50,0	07/03/2003	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	10/12/2002	30 anos
Enacel	31,5	12/11/2002	30 anos
Taíba Albatroz	16,5	23/12/2002	30 anos
Icaraizinho	54,6	27/08/2002	30 anos
Praia Formosa	105,0	04/06/2002	30 anos
<b>Total</b>	<b>314,6</b>		

Além dos empreendimentos acima, com as reestruturações ocorridas no exercício, conforme nota 1.6, a Companhia passou a deter:

- concessões que se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas das usinas hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco (2,4 MW) e Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogadas;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de concessão iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de concessão iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A UHE Macaco Branco encerrou suas operações em dezembro de 2020, devido as obras pela futura represa de Pedreira, projeto do governo do Estado de São Paulo, para garantir a segurança hídrica da região de Campinas.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

## 1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo	Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
<b>Minas Gerais</b>						<b>Paraná</b>					
SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	12/1999	30 anos	Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	23,0	11/2002	30 anos
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2")	Sociedade limitada	Direta 100%	29,9	11/2015	35 anos						
SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos	<b>Santa Catarina</b>					
SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,0	01/2000	30 anos	SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	10/2002	30 anos
Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	24,0	05/2002	30 anos	SPE Anoredo Energia Ltda. ("Anoredo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	13,0	11/2002	30 anos
SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos	Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	12/2002	30 anos
SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol")	Sociedade limitada	Indireta 100%	20,0	08/2002	30 anos	SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	11/2002	30 anos
SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	11,0	01/2000	30 anos	SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes")	Sociedade limitada	Direta 100%	20,0	08/2010	30 anos
SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	9,0	12/1999	30 anos	Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	28,5	12/2007	35 anos
SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre")	Sociedade limitada	Indireta 100%	7,5	12/1999	30 anos	<b>São Paulo</b>					
<b>Mato Grosso e Rio Grande do Sul</b>						Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	38,1		
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(**)		Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2		
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	05/2004	30 anos	Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5		
<b>Total</b>									<b>453,1</b>		

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(\*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(\*\*) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

## 1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 39 em operação (994 MW) e 4 em construção (81 MW), somando um total de capacidade instalada de 1.075,6 MW:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo	Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
<b>Palmars do Sul (RS)</b>						<b>Parazinho (RN)</b>					
Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	30,0	28/02/2011	35 anos	Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	27/03/2013	30 anos
Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos	Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	Direta 100%	8,0	25/08/2010	35 anos
Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos	Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	30,0	22/03/2011	35 anos	Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	05/08/2010	35 anos
<b>Aracati (CE)</b>						Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	13,7	19/06/2002	30 anos	Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	30/07/2010	35 anos
<b>Itarema (CE)</b>						DESA Morro dos Ventos IX S.A. ("Morro dos Ventos IX")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	30,0	11/10/2010	35 anos
Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	04/08/2014	35 anos	<b>João Câmara (RN)</b>					
Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade limitada	Direta 100%	23,1	23/07/2014	35 anos	DESA Eurus I S.A. ("Eurus I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	30,0	20/04/2011	35 anos
<b>Outras localidades (CE)</b>						DESA Eurus III S.A. ("Eurus III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	30,0	25/04/2011	35 anos
Sif Cinco Geração e Comercialização de Energia	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	05/06/2002	30 anos	Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	16,1	29/09/2011	35 anos
Edifica Paracuru Geração e Comercialização de Energia	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	28/08/2002	30 anos	SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	29/09/2011	35 anos
<b>Touros (RN)</b>						SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	14/10/2011	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	01/04/2014	30 anos	SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,7	14/10/2011	35 anos
	Sociedade limitada	Indireta 100%	27,3	31/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos I S.A. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,7	21/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos II S.A. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	29,2	14/06/2012	35 anos
<b>São Miguel do Gostoso (RN)</b>						DESA Morro dos Ventos III S.A. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos IV S.A. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos VI S.A. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	10/03/2015	30 anos	<b>Total</b>			<b>994,0</b>		

(\*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Os mencionados no quadro abaixo, já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com conclusão das obras e início de operação previstos para janeiro de 2024, cuja capacidade instalada prevista é de 69,3 MW.

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Data	Prazo
<b>Touros (RN)</b>				
SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95,1%	01/01/2019	35 anos
SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 90%	01/01/2019	35 anos
SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos
SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos

### 1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada")	Sociedade limitada	Direta 100%	Minas Gerais	50,0	29/10/2012	30 anos
SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana")	Sociedade limitada	Direta 100%	Paraná	50,0	14/02/2012	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Direta 100%	Rio Grande do Norte	40,0	15/05/2002	30 anos
CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	45,0	24/09/2009	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	40,0	21/05/1999	30 anos
CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	74,3	16/12/2010	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	25,0	03/05/2010	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	70,0	28/02/2011	35 anos
<b>Total</b>				<b>394,3</b>		

(\*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

## 1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

## 1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Atividade preponderante	Investidas
<b>Sociedades de participação</b>				
PCH Holding S.A. ("PCH Holding")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Anoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, Cherobim Energética e Varginha Energética, Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI.
<b>Outros empreendimentos operacionais</b>				
SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	(*)
<b>Outros empreendimentos sem atividade produtiva</b>				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	(*)
Cherobim Energética Ltda. ("Cherobim Energética")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(*)
Varginha Energética S/A ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	(*)

(\*) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(\*\*) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

### • Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

## 1.6 Reestruturações Societárias

### 1.6.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>194.156</b>	<b>Circulante</b>	<b>340.960</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	84.999	Empréstimos e financiamentos	191.697
Derivativos	77.728	Outros impostos, taxas e contribuições	104.282
Outros Tributos a compensar	22.897	Outros passivos circulante	44.981
Outros Créditos	8.532	<b>Não Circulante</b>	<b>203.817</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.125.563</b>	Débitos fiscais diferidos	172.288
Imobilizado	922.332	Outros passivos não circulante	31.530
Investimentos	125.772 (a)	<b>Total Passivo</b>	<b>544.777</b>
Intangível	75.579	Efeito líquido oriundo da cisão	(210.824) (b)
Outros ativos não circulante	1.880	<b>Acervo Líquido</b>	<b>564.117</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>1.319.719</b>		

- (a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.
- (b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	<b>564.117</b>
Capital Social	108.139
Resultado abrangente acumulado	281.839
Lucros Acumulados	174.139

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

### 1.6.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")

#### **Empreendimento controlado em conjunto**

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

### 1.6.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<b><u>Ativo</u></b>		<b><u>Passivo</u></b>	
<b>Circulante</b>	<b>2.846</b>	<b>Circulante</b>	<b>5.475</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.890	Fornecedores	59
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40	Outros impostos, taxas e contribuições	30
Imposto de renda e contribuição social a compensar	370	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	5.356
Outros Tributos a compensar	513	Outros passivos circulante	31
Outros Créditos	32	<b>Total Passivo</b>	<b>5.475</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>18.436</b>	<b>Acervo Líquido</b>	<b>15.806</b>
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.959		
Imobilizado	15.360		
Intangível	3		
Outros Ativos não circulante	114		
<b>Total Ativo</b>	<b>21.281</b>		

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15.806</b>
Capital Social	16.093
Lucros Acumulados	(287)

### 1.6.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>	30/11/2020			<u>Passivo</u>	30/11/2020		
	PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia		PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia
<b>Circulante</b>	<b>24.192</b>	-	4	<b>Circulante</b>	-	9	1
Caixa e equivalentes de caixa	20.720	-	4	Outras Contas a Pagar	-	9	1
Dividendos a receber	3.408	-	-	<b>Não Circulante</b>	<b>21.354</b>	<b>1</b>	-
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar	64	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1	-
<b>Não Circulante</b>	<b>230.990</b>	<b>172</b>	-	Débitos fiscais diferidos	21.354		
Investimentos	230.990	-	-	<b>Total Passivo</b>	<b>21.354</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
Imobilizado	-	172	-	<b>Acervo Líquido</b>	<b>233.828</b>	<b>163</b>	<b>3</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>255.182</b>	<b>172</b>	<b>4</b>				

### 1.6.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
<b>Circulante</b>	<b>4.949</b>	<b>Circulante</b>	<b>4.252</b>
Caixa e equivalentes de caixa	35	Imposto de renda e contribuição social a recolher	37
Títulos e valores mobiliários	72	Outros impostos, taxas e contribuições	2
Dividendos a receber	4.786	Dividendo e juros sobre capital próprio	4.207
Imposto de renda e contribuição social a compensar	48	Outros passivos circulante	5
Outros Tributos a compensar	8	<b>Não Circulante</b>	<b>36.057</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>276.479</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	36.057
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.086	<b>Total Passivo</b>	<b>40.309</b>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	60	<b>Acervo Líquido</b>	<b>241.119</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.200		
Investimentos	239.133		
<b>Total Ativo</b>	<b>281.428</b>		

### **1.6.5 Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.137.501 e R\$ 1.961.420 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2021, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

### **1.7 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscam minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus.

No Brasil, tendo como objetivo minimizar as perdas de vidas e evitar danos econômicos, como perda de empregos e sobrevivência de empresas, a política fiscal tem sido amplamente utilizada, à medida que o aumento no gasto público no curto prazo se faz necessário. Com esse entendimento os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública, e dispensou o governo do cumprimento da meta permitindo uma política fiscal mais ativa, que representa a princípio, um certo desvio temporário da consolidação fiscal que se encontrava o país. Apesar do estado de calamidade pública deixar de ser reconhecido em dezembro de 2020, medidas sanitárias e econômicas adicionais têm sido adotadas visando minimizar os eventuais impactos negativos decorrentes da pandemia.

Adicionalmente, diversos governos vêm intensificando medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica. Além disso, as medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, com probabilidades de gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo prazos.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento e aprovação de vacinas, a curva referente ao número médio de mortes diárias causadas pelo vírus e novos casos de contaminação, em algumas regiões, sofreu fortes oscilações e apresenta dificuldades para declinar. Até o dia 26 de janeiro de 2021, o Brasil registrou mais de 218 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 2 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e apresentado resultados positivos, inclusive com alguns países iniciando campanhas de vacinação. No entanto, ao analisar de forma conjuntural, os resultados positivos com a vacina, eventuais riscos de suprimentos de recursos e impactos econômicos e sanitários, tudo indica uma possível mudança estrutural, e talvez temporária no médio prazo na economia e comportamento humano de forma generalizada.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;



- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, até o presente momento, entende não ser aplicável a renegociação de cláusulas contratuais específicas com seus credores e seguiu com os planos de financiamento aprovado para o exercício de 2020. Adicionalmente, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Nossas geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes. O percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações é inferior a 7,7%, e não representa um risco potencial para o negócio. No entanto até o momento todas realizaram os pagamentos na sua integralidade.

Como descrito acima, as notificações dos clientes referem-se à eventual necessidade de adequação de seus contratos, em função de uma possível retração macroeconômica e a consequente redução de consumo de energia. A expectativa da Administração é que medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e consequentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais. Adicionalmente, a Administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes a serem contemplados em suas demonstrações financeiras.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas ("Grupo") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2021.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos).
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela

Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

## **2.6 Informações sobre participações societárias**

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa, BAESA que foi integrada a CPFL Energias Renováveis S.A. com a reestruturação societária (vide nota 1.6.1 b), que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesia.

## **2.7 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

# **( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.19.

## **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

## 3.2 Instrumentos financeiros

### – Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **Avaliação do modelo de negócio:**

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

#### – Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, o Grupo reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 16.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

#### – Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### **3.4 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1% a 16,27%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### **3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)**

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 28.

### **3.6 Provisões para custos socioambientais**

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

### **3.7 Provisões para desmobilização de ativos**

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização

financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo foi de 3,77% (3,22% em 2019) baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

### 3.8 Intangível

#### Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 14.

### 3.9 Redução ao valor recuperável

#### Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.



O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (*"PD" - Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (*"EAD" - Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (*"LGD" - Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### – Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (*"goodwill"*), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.11 Benefícios a empregados**

Com a reestruturação societária citada na nota 1.6, a Companhia passou a possuir benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada

possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.13 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

### **3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### 3.16 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.17 Base de consolidação

#### (i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis**

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

### **3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as

alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e

- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(c) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

## **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

**- Imobilizado e intangível**

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo

para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	176.672	19.545	224.693	158.806
Aplicações financeiras	2.193	38.041	102.298	253.773
Títulos de crédito privado (a)	-	464	11.092	6.570
Fundos de investimento (b)	2.193	37.577	91.206	206.801
Operações compromissadas e debêntures (c)	-	-	-	40.402
<b>Total</b>	<b>178.865</b>	<b>57.586</b>	<b>326.991</b>	<b>412.579</b>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de 96,82% aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 98,11% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (97,08% em 31 de dezembro de 2019).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,03% do CDI (94,61% em 31 de dezembro de 2019).
- c) Em 2019, no consolidado, representa valores aplicados no Fundo Atlânticas (têm como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez), no Fundo BNB Institucional e no Fundo XP Top CDB. A taxa de remuneração média é 94,61% do CDI na data do balanço.

## ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				
Através de fundos de investimentos	7.426	43.881	308.482	449.786
<b>Total</b>	<b>7.426</b>	<b>43.881</b>	<b>308.482</b>	<b>449.786</b>

Em 31 de dezembro de 2020 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

## ( 7 ) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Controladora

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
BNB	LFTs	Indefinido	DI	-	-	21.727
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	86,54%	8.582	41.586
					<b>8.582</b>	<b>63.313</b>

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
					31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	-	-	4.760
BNB	LFTs	Indefinido	DI	-	-	31.244
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	86,54%	8.582	60.552
Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	84,28%	4.450	38.158
Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	Diversos	-	-	5.331
Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	90,13%	99	427.203
Itaú	CDB Op. Compromissada	Diversos	DI	-	-	1.250
					<b>13.130</b>	<b>568.498</b>

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludes, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

## ( 8 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora					Consolidado				
	Saldo vincendo	Vencidos		Total		Saldo vincendo	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>										
Operações realizadas na CCEE	3.649	558	72	4.280	5.935	3.342	74.430	8.590	86.362	62.535
Concessionárias e permissionárias	135.328	-	58.159	193.487	100.392	249.241	17.685	13.203	280.129	170.085
Outros	4.050	-	-	4.050	-	-	12	24	37	12
	<b>143.027</b>	<b>558</b>	<b>58.232</b>	<b>201.817</b>	<b>106.327</b>	<b>252.583</b>	<b>92.127</b>	<b>21.817</b>	<b>366.527</b>	<b>232.632</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(25)	-				(51)	-
<b>Total</b>				<b>201.793</b>	<b>106.327</b>				<b>366.476</b>	<b>232.632</b>
<b>Não circulante</b>										
Operações realizadas na CCEE	-	-	68.294	68.294	41.744	-	-	204.999	204.999	150.210
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>68.294</b>	<b>68.294</b>	<b>41.744</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204.999</b>	<b>204.999</b>	<b>150.210</b>
<b>Total</b>				<b>68.294</b>	<b>41.744</b>				<b>204.999</b>	<b>150.210</b>

**Operações realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da



percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

## 8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	-	-	-
Reestruturação societária	(25)	(352)	(377)
Provisão revertida (constituída) líquida	(27)	-	(27)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(51)</b>	<b>(352)</b>	<b>(403)</b>
Circulante	(51)	(352)	(403)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 9 ) IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Circulante</u></b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	744	474
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	312	-	1.760	1.638
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.455	15.703	15.332	44.649
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>10.767</b>	<b>15.703</b>	<b>17.836</b>	<b>46.761</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.681	10.349	57.496	22.148
ICMS a compensar	837	817	6.285	5.836
Programa de integração social - PIS	7.190	2.507	10.575	4.131
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.864	11.568	37.313	19.315
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	-	16	-
Outros	122	109	2.709	738
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>40.695</b>	<b>25.351</b>	<b>114.395</b>	<b>52.168</b>
<b>Total circulante</b>	<b>51.461</b>	<b>41.053</b>	<b>132.228</b>	<b>98.929</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	27	36
Imposto de renda a compensar - IRPJ	43.733	25.584	74.077	32.284
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>43.733</b>	<b>25.584</b>	<b>74.104</b>	<b>32.320</b>
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	50	50
Outros	-	-	3.530	3.530
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.580</b>	<b>3.580</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>43.733</b>	<b>25.584</b>	<b>77.687</b>	<b>35.900</b>

**Imposto de renda e contribuição social a compensar** – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

**Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS** – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

## **( 10 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

### **10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>				
Bases negativas	94.119	23.234	94.119	23.234
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(125.493)	(94.252)	(274.086)	(241.944)
<b>Subtotal</b>	<b>(31.374)</b>	<b>(71.018)</b>	<b>(179.966)</b>	<b>(218.710)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>				
Prejuízos fiscais	261.305	64.539	261.305	64.539
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.800	-	9.800	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(348.592)	(261.809)	(759.784)	(672.068)
<b>Subtotal</b>	<b>(77.487)</b>	<b>(197.270)</b>	<b>(488.679)</b>	<b>(607.529)</b>
<b>Total</b>	<b>(108.861)</b>	<b>(268.288)</b>	<b>(668.645)</b>	<b>(826.239)</b>
Total crédito fiscal	91.079	95.562	159.653	95.562
Total débito fiscal	(199.940)	(363.850)	(828.299)	(921.801)

### **Benefício fiscal do intangível incorporado**

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

## 10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>								
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	159	442	-	-	159	442	-	-
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	-	-	502	1.395	-	-
Derivativos - regime de caixa	(5.383)	(14.953)	-	-	(5.383)	(14.953)	-	-
Marcação a mercado - Derivativo	(181)	(503)	-	-	(181)	(503)	-	-
Marcação a mercado - Dívidas	(66)	(185)	-	-	(66)	(185)	-	-
Depreciação acelerada incentivada	(22.966)	(63.795)	(23.845)	(66.237)	(22.966)	(63.795)	(23.845)	(66.237)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	(614)	(1.706)	968	2.689	(614)	(1.707)
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>								
Perdas atuariais	162	450	-	-	162	450	-	-
Marcação a mercado - Derivativos	21	60	-	-	21	60	-	-
Marcação a mercado - Dívidas	(62)	(171)	-	-	(62)	(171)	-	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(40.438)	(112.327)	-	-	(40.438)	(112.327)	-	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:</b>								
<b>Impostos diferidos - ativo:</b>								
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	13.583	37.731	14.770	41.027	16.965	47.125	18.344	50.955
<b>Impostos diferidos - passivo:</b>								
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(13.652)	(37.922)	(15.203)	(42.231)	(18.323)	(50.897)	(19.177)	(53.270)
Intangível - direito de exploração/autorização	(58.142)	(161.505)	(69.359)	(192.663)	(205.445)	(569.116)	(216.651)	(601.809)
<b>Total</b>	<b>(125.493)</b>	<b>(348.592)</b>	<b>(94.252)</b>	<b>(261.809)</b>	<b>(274.086)</b>	<b>(759.784)</b>	<b>(241.944)</b>	<b>(672.068)</b>

**10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020 e 2019:**

<b>Controladora</b>				
	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>498.742</b>	<b>498.742</b>	<b>87.701</b>	<b>87.701</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Resultado de participações societárias	(719.730)	(719.730)	(401.934)	(401.934)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	192.988	194.228	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>(28.000)</b>	<b>(26.760)</b>	<b>(314.233)</b>	<b>(314.233)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>2.519</b>	<b>6.691</b>	<b>28.281</b>	<b>78.558</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	75.354	209.190	(26.573)	(71.338)
<b>Total</b>	<b>77.873</b>	<b>215.881</b>	<b>1.708</b>	<b>7.220</b>
Corrente	(1.780)	(5.240)	-	-
Diferido	79.653	221.121	1.708	7.220

  

<b>Consolidado</b>				
	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>564.243</b>	<b>564.243</b>	<b>154.176</b>	<b>154.176</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Resultado de participações societárias	(45.357)	(45.357)	-	-
Efeito regime lucro presumido	(473.293)	(545.421)	(312.337)	(368.786)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	126.374	102.983	15.283	15.165
<b>Base de cálculo</b>	<b>171.967</b>	<b>76.448</b>	<b>(142.878)</b>	<b>(199.445)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(15.476)</b>	<b>(19.112)</b>	<b>12.859</b>	<b>49.861</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	72.993	203.359	(30.695)	(79.176)
<b>Total</b>	<b>57.517</b>	<b>184.247</b>	<b>(17.836)</b>	<b>(29.315)</b>
Corrente	(29.290)	(62.901)	(32.932)	(73.724)
Diferido	86.807	247.148	15.096	44.409

**Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido** – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 333.955, refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 267.652; (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 242; e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 66.545.

## Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 507.560 (R\$ 734.373 em 31 de dezembro de 2019), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 68.383 e R\$ 99.461 em 31 de dezembro de 2019. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

**Prejuízo Fiscal e Base Negativa:** Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e em virtude de estudo de recuperabilidade do ano, em consequência da reestruturação societária. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

## 10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	
	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	18.732	18.732
<b>Base de cálculo</b>	<b>18.732</b>	<b>18.732</b>
Alíquota aplicável	9%	25%
<b>Tributos apurados (*)</b>	-	-
Baixa de créditos fiscais constituídos - reflexo incorporação	1.069	2.967
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>1.069</b>	<b>2.967</b>
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	(445)	(445)
Custo atribuído de ativo imobilizado	14.363	14.363
<b>Subtotal</b>	<b>13.918</b>	<b>13.918</b>
Alíquota aplicável	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(1.253)</b>	<b>(3.479)</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(184)</b>	<b>(512)</b>

(\*) Não houve apuração dos impostos diferidos para os ganhos atuariais, por não haver expectativa de realização.

## 10.5 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

<b>Consolidado</b>	
2021	52.201
2022	41.943
2023	37.313
2024	43.437
2025	52.693
2026 A 2028	127.836
Total	<b>355.424</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 11 ) OUTROS ATIVOS

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>		<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Créditos a receber	-	-	22.008	2.634	-	-	32.301	24.416
Créditos a receber - rateios	53.920	21.736	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP	282	-	134	-	282	-	134	-
Adiantamentos - fornecedores	200	383	-	-	90.166	38.287	-	-
Ordens em curso	-	926	-	-	-	926	-	-
Serviços prestados a terceiros	572	572	-	-	-	-	-	-
Estoque	8.931	930	-	-	44.721	16.386	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	13.548	12.775	7.751	10.432
Despesas antecipadas	3.657	3.005	2.837	598	14.810	20.332	3.318	1.067
Repactuação GSF	-	-	-	-	-	1.716	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.034	520	-	-	1.034	520	-	-
Indenizações de sinistros	-	-	-	-	2.015	-	-	-
Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco	12.257	-	-	-	12.257	-	-	-
Outros	17.390	5.022	-	7.728	43.886	27.506	13.098	33.242
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(352)	-	-	-	(352)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>97.892</b>	<b>33.093</b>	<b>24.978</b>	<b>10.960</b>	<b>222.367</b>	<b>118.447</b>	<b>56.602</b>	<b>69.157</b>

**Créditos a receber** : Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 19.090 (R\$ 11.206 em 31 de dezembro de 2019) .Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2019) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2019) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú

Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

**Créditos a receber – rateios:** Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

**Adiantamento – fornecedores** – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

**Estoque** – Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 44.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas do grupo e consumo próprio, classificados como almoxarifado no total de R\$ 44.028.

**Contratos de pré-compra de energia** – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

## ( 12 ) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.418.718	5.213.596	170.166	-
<b>Subtotal</b>	<b>5.418.718</b>	<b>5.213.596</b>	<b>170.166</b>	<b>-</b>
Mais valia de ativos, líquidos	1.072.299	1.024.671	962	-
<b>Total</b>	<b>6.491.017</b>	<b>6.238.267</b>	<b>171.129</b>	<b>-</b>

### 12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Controladora									
Investimentos	Participação no Capital %	31/12/2020				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Alto Irani	100%	114.043	2.114	47.748	23.727	47.748	63.399	23.726	22.461
Atlântica I	100%	99.186	43.081	86.147	10.750	86.147	75.397	10.750	7.064
Atlântica II	100%	101.407	42.895	82.016	10.758	82.016	71.257	10.758	5.975
Atlântica IV	100%	108.792	45.781	81.560	11.009	81.560	68.457	11.009	6.400
Atlântica V	100%	114.114	50.579	97.264	8.520	97.264	88.745	8.520	5.957
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.151.148	398.381	680.505	146.090	170.166	-	45.357	-
Baixa Verde	95%	342	432	312	(42)	181	148	(40)	(61)
Bio Alvorada	100%	171.317	48.912	145.706	6.966	145.706	136.649	6.966	2.278
Bio Buri	100%	87.180	72.070	79.506	10.795	79.506	144.380	10.795	9.509
Bio Coopcana	100%	138.534	50.853	117.094	15.536	117.094	100.284	15.536	6.431
Bio Ester	100%	97.941	43.512	83.434	23.275	83.434	79.159	23.275	1.861
Bio Formosa	100%	120.692	70.991	86.359	14.782	76.214	94.678	14.782	5.283
Bio Ipe	100%	19.077	14.349	16.123	5.057	16.123	26.426	5.057	5.224
Bio Pedra	100%	168.305	129.950	169.025	37.995	169.025	244.585	37.995	36.632
Bioenergia	100%	63.195	47.439	54.910	10.085	54.910	59.457	10.085	9.252
Boa Vista 2	100%	285.447	125.635	127.437	4.195	127.437	94.442	4.195	(3.361)
Cachoeira Grande	100%	145	6.632	145	2	145	143	2	6
Cajueiro	95%	573	199	567	(28)	288	294	(26)	(50)
Chimay Empreendimentos	100%	122.574	48.021	89.449	39.264	89.449	90.170	39.264	22.055
Costa Branca (b)	95%	91.060	21.639	59.499	5.141	54.666	-	3	-
Costa das Dunas	95,145%	103.504	77.601	78.507	92	74.194	4.614	82	(96)
Pedra Cheirosa I	100%	171.356	141.500	147.540	(13.731)	147.540	82.771	(13.730)	(6.092)
Dobrevé	100%	1.058.972	758.916	821.365	76.334	814.017	884.490	76.680	51.728
Edílica Paracuru	100%	42.345	22.230	32.970	18.287	32.970	24.221	19.144	19.281
Edílica Holding	100%	-	-	-	22.098	-	219.130	22.098	13.586
Eurus VI	100%	29.965	22.580	23.147	338	23.147	37.397	338	649
Farol de Touros	90%	85.392	30.262	30.404	-	26.998	3.825	(42)	(97)
Figueira Branca	100%	36.772	14.474	14.316	176	14.316	1.623	176	(286)
Gameleira	100%	55.225	24.048	23.881	2	23.881	3.530	2	(143)
Jayaditya Empreendimentos	100%	45.090	2.082	15.193	15.440	15.193	11.600	15.440	5.098
Juremas (b)	90%	61.033	17.138	36.230	3.914	32.890	-	5	-
Macacos (b)	90%	77.996	20.234	45.407	4.512	41.134	-	7	-
Mohini Empreendimentos	100%	57.578	1.269	21.395	30.885	21.395	20.885	30.885	18.330
Navegantes (a)	95%	5	366	(2)	(46)	-	-	(43)	(36)
PCH Holding	100%	380.363	315.693	376.145	85.203	376.145	464.882	85.203	69.745
PCH Holding 2	100%	-	-	-	26.251	-	98.918	26.251	19.275
Pedra Preta (b)	100%	84.926	20.969	57.959	7.420	53.057	-	4	-
Penedo	100%	-	-	-	-	(0)	173	(12)	(2)
Plano Alto	100%	73.823	1.527	25.042	17.101	25.042	30.852	17.101	16.495
Pedra Cheirosa II	100%	153.623	114.500	132.915	(2.542)	132.915	83.958	(2.543)	(4.353)
Rosa dos Ventos	100%	46.145	15.740	33.739	9.286	33.739	20.912	9.327	7.898
Santa Clara I	100%	141.848	113.777	122.003	5.852	122.003	147.959	5.852	6.459
Santa Clara II	100%	113.297	85.198	93.010	5.673	93.010	134.478	5.673	6.234
Santa Clara III	100%	117.489	88.770	97.670	7.055	97.670	136.184	7.055	7.491
Santa Clara IV	100%	108.332	80.722	87.062	4.882	87.062	138.599	4.882	5.637
Santa Clara V	100%	111.192	82.976	90.434	6.084	90.434	139.645	6.084	6.505
Santa Clara VI	100%	106.855	79.445	84.130	3.586	84.130	137.827	3.586	4.125
Campos dos Ventos II (b)	100%	111.432	46.402	52.699	1.654	52.699	-	-	-
Salto Góes	100%	110.031	76.400	95.370	13.616	95.370	61.282	13.616	13.631
Santa Cruz	100%	24.286	29.920	24.117	(31)	24.117	729	(33)	(33)
Santa Luzia (b)	100%	181.740	89.314	174.866	34.670	174.866	-	6.684	-
SILF Cinco	100%	78.120	42.662	56.007	11.212	56.007	29.076	11.722	11.888
Solar I (a)	100%	4.098	33	-	230	-	-	230	(356)
Sul Centrais Elétricas	100%	28.953	14.183	17.677	599	17.677	18.208	599	2.555
Tombo (a)	100%	-	-	-	5	-	-	5	-
Turbina 16	100%	1.145.519	635.875	903.351	67.399	903.351	836.452	67.399	35.777
Turbina 17	100%	64.393	51.903	52.669	871	52.669	1.305	871	298
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada		8.066.772	4.382.172	5.972.026	848.256	5.418.718	5.213.596	698.612	454.107
Amortização de ágio, líquida de efeitos fiscais								(57.315)	(40.566)
Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais								(10.242)	(10.242)
Amortização de juros capitalizados								(1.415)	(1.365)
Total						5.418.718	5.213.596	629.640	401.934

- (a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.  
(b) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir da data de incorporação (vide nota 1.6.3 e 1.6.4)

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.315 (R\$ 40.566 no ano de 2019) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).



No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

		Consolidado				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020				
Investimentos	Participação no Capital %	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.151.148	398.381	680.505	146.090	170.166	-	45.357	-
<b>Total</b>						<b>170.166</b>	<b>-</b>	<b>45.357</b>	<b>-</b>

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Controladora								
Investimento	Investimento em 31/12/2018	Aumento / Integralização de capital	Redução de Capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31/12/2019
Alto Irani	54.201	-	-	-	-	22.461	(13.264)	63.399
Atlântica I	70.010	-	-	-	-	7.064	(1.678)	75.397
Atlântica II	66.701	-	-	-	-	5.975	(1.419)	71.257
Atlântica IV	62.456	1.121	-	-	-	6.400	(1.520)	68.457
Atlântica V	84.277	-	-	-	-	5.957	(1.489)	88.745
Baixa Verde	160	49	-	-	-	(61)	-	148
Bio Alvorada	134.941	-	-	-	-	2.278	(570)	136.649
Bio Buri	138.023	-	-	-	-	9.509	(3.152)	144.380
Bio Coopcana	92.497	3.271	-	-	-	6.431	(1.905)	100.284
Bioenergia	50.205	-	-	-	-	9.252	-	59.457
Bio Ester	77.298	-	-	-	-	1.861	-	79.159
Bio Formosa	86.638	2.757	-	-	-	5.283	-	94.678
Bio Ipê	31.169	-	-	(61)	-	5.224	(9.907)	26.426
Bio Pedra	221.237	-	-	(249)	-	36.632	(13.035)	244.585
Boa Vista 2	97.804	-	-	-	-	(3.361)	-	94.442
Cachoeira Grande	137	-	-	-	-	6	-	143
Cajueiro	344	-	-	-	-	(50)	-	294
Chimay	113.071	-	(23.617)	-	-	22.055	(21.339)	90.170
Costa das Dunas	4.251	459	-	-	-	(96)	-	4.614
Dobrevê Energia	842.456	12.508	-	-	-	51.728	(22.204)	884.488
Eólica Holding	205.544	-	-	-	-	13.586	-	219.130
Eólica Paracuru	19.518	-	-	-	-	19.281	(14.578)	24.221
Eurus VI	36.998	-	-	(22)	-	649	(227)	37.398
Farol de Touros	3.413	509	-	-	-	(97)	-	3.825
Figueira Branca	1.632	277	-	-	-	(286)	-	1.623
Gameleira	3.429	243	-	-	-	(143)	-	3.530
Navegantes	-	-	-	-	36	(36)	-	-
Jayaditya	36.030	-	(18.740)	-	-	5.098	(10.789)	11.600
Mohini	71.418	-	(49.663)	-	-	18.330	(19.199)	20.885
PCH Holding	475.212	-	-	-	-	69.745	(80.075)	464.882
PCH Holding 2	83.581	880	-	-	-	19.275	(4.819)	98.918
Pedra Cheirosa I	88.863	-	-	-	-	(6.092)	-	82.771
Pedra Cheirosa II	88.311	-	-	-	-	(4.353)	-	83.958
Penedo	175	-	-	-	-	(2)	-	173
Plano Alto	28.821	-	-	-	-	16.495	(14.464)	30.852
Rosa dos Ventos	26.976	-	-	-	-	7.898	(13.962)	20.912
Salto Góes	80.448	-	-	-	-	13.631	(32.796)	61.282
Santa Clara I	143.527	-	-	(238)	-	6.459	(1.789)	147.959
Santa Clara II	130.175	-	-	(215)	-	6.234	(1.717)	134.478
Santa Clara III	130.881	-	-	(185)	-	7.491	(2.003)	136.184
Santa Clara IV	134.739	-	-	(146)	-	5.637	(1.632)	138.599
Santa Clara V	135.052	-	-	(138)	-	6.505	(1.774)	139.645
Santa Clara VI	135.220	-	-	(110)	-	4.125	(1.407)	137.828
Santa Cruz	467	295	-	-	-	(33)	-	729
SILF Cinco	31.058	-	-	-	-	11.888	(13.870)	29.076
Solar 1	86	-	-	-	270	(356)	-	-
Sul Centrais Elétricas	17.325	-	-	-	-	2.555	(1.671)	18.208
Turbina 16	992.716	-	(183.544)	-	-	35.777	(8.497)	836.452
Turbina 17	7	1.000	-	-	-	298	-	1.305
<b>Subtotal do investimento</b>	<b>5.329.492</b>	<b>23.369</b>	<b>(275.564)</b>	<b>(1.364)</b>	<b>306</b>	<b>454.107</b>	<b>(316.751)</b>	<b>5.213.596</b>
Navegantes *	(3)	16	-	-	-	(36)	-	(23)
Solar 1 *	-	-	-	-	(270)	-	-	(270)
Tombo *	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
<b>Total do investimento</b>	<b>(5)</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(306)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(295)</b>

Controladora									
Investimento	Investimento em 31/12/2019	Aumento / (Redução) Integralização de capital	Outros	Reestruturação societária	Amortização/ Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31/12/2020
Alto Irani	63.399	-	-	-	-	-	23.726	(39.378)	47.748
Atlântica I	75.397	-	-	-	-	-	10.750	-	86.147
Atlântica II	71.257	-	-	-	-	-	10.758	-	82.016
Atlântica IV	68.457	2.093	-	-	-	-	11.009	-	81.560
Atlântica V	88.745	-	-	-	-	-	8.520	-	97.264
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	124.809	-	-	45.357	-	170.166
Baixa Verde	148	72	-	-	-	-	(40)	-	181
Bio Alvorada	136.649	3.800	-	-	-	-	6.966	(1.709)	145.706
Bio Buriti	144.380	(63.300)	-	-	-	-	10.795	(12.369)	79.506
Bio Coopcana	100.284	5.800	-	-	-	-	15.536	(4.526)	117.094
Bio Ester	79.159	-	-	-	-	-	23.275	(19.000)	83.434
Bio Formosa	94.678	(23.100)	(10.145)	-	-	-	14.782	-	76.214
Bio Ipê	26.426	(11.900)	-	-	(59)	-	5.057	(3.400)	16.123
Bio Pedra	244.585	(75.300)	-	-	(250)	-	37.995	(38.004)	169.025
Bioenergia	59.457	(4.300)	-	-	-	-	10.085	(10.332)	54.910
Boa Vista 2	94.442	28.800	-	-	-	-	4.195	-	127.437
Cachoeira Grande	143	-	-	-	-	-	2	-	145
Cajueiro	294	20	-	-	-	-	(26)	-	288
Campos dos Ventos II	-	-	-	52.699	-	-	-	-	52.699
Chimay	90.170	(13.900)	-	-	-	-	39.264	(26.085)	89.449
Costa Branca	-	54	-	55.835	-	-	3	(1.225)	54.666
Costa das Dunas	4.614	69.497	-	-	-	-	82	-	74.194
Dobrevê Energia	884.488	11.557	-	-	(118.009)	-	76.680	(40.699)	814.017
Eólica Holding	219.130	-	-	(241.229)	-	-	22.098	-	-
Eólica Paracuru	24.221	-	-	-	-	-	19.144	(10.395)	32.970
Eurus VI	37.398	(13.915)	-	-	(26)	-	338	(648)	23.147
Farol de Touros	3.825	23.214	-	-	-	-	(42)	-	26.998
Figueira Branca	1.623	12.517	-	-	-	-	176	-	14.316
Gameleira	3.530	20.349	-	-	-	-	2	-	23.881
Navegantes	-	65	-	-	-	(22)	(43)	-	-
Jayaditya	11.600	-	-	-	-	-	15.440	(11.847)	15.193
Juremas	-	-	-	33.771	-	-	5	(886)	32.890
Macacos	-	-	-	42.150	-	-	7	(1.023)	41.134
Mohini	20.885	(9.000)	-	-	-	-	30.885	(21.374)	21.395
PCH Holding	464.882	(120.500)	-	-	-	-	85.203	(53.440)	376.145
PCH Holding 2	98.918	123.115	-	(233.828)	-	-	26.251	(14.456)	-
Pedra Cheirosa I	82.771	78.500	-	-	-	-	(13.730)	-	147.540
Pedra Cheirosa II	83.958	51.500	-	-	-	-	(2.543)	-	132.915
Pedra Preta	-	54	-	54.678	-	-	4	(1.679)	53.057
Penedo	173	2	-	(163)	-	-	(12)	-	-
Plano Alto	30.852	-	-	-	-	-	17.101	(22.911)	25.042
Rosa dos Ventos	20.912	3.500	-	-	-	-	9.327	-	33.739
Salto Góes	61.282	25.400	-	-	-	-	13.616	(4.929)	95.370
Santa Clara I	147.959	(25.412)	-	-	(249)	-	5.852	(6.148)	122.003
Santa Clara II	134.478	(41.007)	-	-	(225)	-	5.673	(5.909)	93.010
Santa Clara III	136.184	(38.316)	-	-	(194)	-	7.055	(7.058)	97.670
Santa Clara IV	138.599	(50.945)	-	-	(153)	-	4.882	(5.321)	87.062
Santa Clara V	139.645	(48.999)	-	-	(144)	-	6.084	(6.152)	90.434
Santa Clara VI	137.828	(53.044)	-	-	(116)	-	3.586	(4.125)	84.130
Santa Cruz	729	23.422	-	-	-	-	(33)	-	24.117
Santa Luzia	-	-	-	168.183	-	-	6.684	-	174.866
SILF Cinco	29.076	18.600	-	-	-	-	11.722	(3.392)	56.007
Solar 1	-	-	-	-	-	(230)	230	-	-
Sul Centrais Elétricas	18.208	-	-	-	-	-	599	(1.130)	17.677
Turbina 16	836.452	-	-	-	-	-	67.399	(500)	903.351
Turbina 17	1.305	50.878	-	-	-	-	871	(385)	52.669
Total dos investimentos	5.213.596	(40.131)	(10.145)	56.905	(119.426)	(252)	698.606	(380.435)	5.418.718
Navegantes *	(23)	-	-	-	-	22	-	-	(1)
Solar 1 *	(270)	-	-	-	-	230	-	-	(40)
Tombo *	(2)	-	-	(3)	-	-	5	-	-
Total da provisão para perdas com investimentos	(295)	-	-	(3)	-	252	5	-	(41)

\*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Consolidado				
Investimento	Investimento em 31/12/2019	Reestruturação societária	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2020
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	124.809	45.357	170.166
<b>Total dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>124.809</b>	<b>45.357</b>	<b>170.166</b>

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, o Grupo reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 14.

## 12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

## 12.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

<b>Controladas</b>	<b>Dividendos</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Alto Irani	1.718	5.920
Atlântica I	-	870
Atlântica II	-	863
Atlântica IV	-	6.184
Atlântica V	-	935
Baesa	1	-
Bio Alvorada	-	570
Bio Ipê	-	2.800
Boa Vista 2	10.200	12
Costa Branca	4.532	-
Desa Eólica	5.887	-
Dobrevê Energia	40.590	28.100
Eólica Paracuru	-	4.005
Jayaditya	-	2.200
Juremas	2.354	-
Macacos	1.028	-
PCH Holding	3.000	1.881
PCH Holding 2	-	4.485
PCH Participações	-	10.607
Pedra Cheirosa I	-	77
Pedra Cheirosa II	-	101
Pedra Preta	1.685	-
Rosa dos Ventos	-	3.112
Santa Luzia	1.900	-
Siif Cinco	1.982	2.608
Sul Centrais Elétricas	1.030	-
Turbina 16	-	14.468
	<b>75.907</b>	<b>89.798</b>

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 168.226 a título de dividendos referente ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 121.316 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 96.278 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 4.814 como dividendo mínimo obrigatório. Além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 408.512 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

<b>Controladas</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Atlântica IV	7.300	2.093
Atlântica II	1.000	-
Baixa Verde	24	53
Boa Vista 2	-	39.000
Cajueiro	-	20
Campos dos Ventos II	33.200	-
Costa Branca	17.986	-
Costa das Dunas	-	17.589
Dobrevê Energia	111.450	1.157
Eólica Holding	-	617
Farol de Touros	26.487	16.210
Figueira Branca	12.045	8.432
Gemeleira	29.599	11.248
Juremas	12.244	-
Macacos	20.798	-
Navegantes	-	65
PCH Holding 2	-	123.115
Pedra Preta	14.780	-
Santa Cruz	-	3.922
Turbina 16	242.001	-
Turbina 17	-	50.878
	<b>528.914</b>	<b>274.399</b>

## 12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

### 12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	<b>Costa Branca</b>	<b>Juremas</b>	<b>Macacos</b>	<b>Pedra Preta</b>	<b>Ludesa</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>4.081</b>	<b>2.761</b>	<b>3.556</b>	<b>4.056</b>	<b>85.702</b>	<b>1.832</b>	<b>101.987</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5 a 10%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	293	227	267	408	12.310	7	13.510
Aumento de capital	67	10	13	71	-	6.402	6.563
Dividendos	-	-	-	-	(16.410)	-	(16.410)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.441</b>	<b>2.997</b>	<b>3.835</b>	<b>4.535</b>	<b>81.601</b>	<b>8.241</b>	<b>105.653</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5 a 10%	

## 12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são como segue:

31/12/2020						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Ativo circulante	5.293	3.420	4.319	6.359	10.470	102.647
Caixa e equivalentes de caixa	379	277	320	266	2.918	19.727
Ativo não circulante	83.805	55.999	71.562	76.450	88.636	85.849
Passivo circulante	9.447	9.337	7.643	8.040	4.340	53.516
Outros passivo financeiros	9.447	9.337	7.643	8.040	4.340	53.516
Passivo não circulante	22.114	15.467	24.946	18.927	-	26.511
Outros passivo financeiros	22.114	15.467	24.946	18.927	-	26.511
Patrimônio líquido	57.537	34.615	43.292	55.842	94.767	108.469

  

31/12/2019						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Ativo circulante	4.856	4.112	5.405	5.101	7.702	16.327
Caixa e equivalentes de caixa	1.507	1.362	1.991	1.066	566	6.505
Ativo não circulante	106.359	70.688	91.588	100.998	89.858	31.130
Passivo circulante	10.164	7.239	8.907	9.776	2.927	3.700
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.878	3.600	4.850	4.739	-	-
Outros passivo financeiros	5.286	3.639	4.057	5.037	2.927	3.700
Passivo não circulante	48.458	35.942	48.251	47.228	-	33.937
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.852	33.119	44.617	43.591	-	-
Outros passivo financeiros	3.606	2.823	3.634	3.637	-	33.937
Patrimônio líquido	52.593	31.619	39.836	49.096	94.634	9.819

  

2020						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Receita operacional líquida	16.144	10.941	15.169	17.037	48.025	-
Custo e despesa operacional	(3.689)	(2.202)	(4.408)	(3.623)	(1.100)	(243)
Depreciação e amortização	(3.830)	(2.620)	(3.329)	(3.403)	(4.953)	-
Receita de juros	2.570	1.165	1.817	2.412	73	223
Despesa de juros	(4.684)	(2.631)	(3.635)	(3.649)	(9)	(68)
Despesa de imposto sobre a renda	(1.378)	(724)	(1.081)	(1.347)	(1.561)	(19)
Lucro (prejuízo) líquido	5.160	3.930	4.533	7.440	40.526	(65)

  

2019						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Receita operacional líquida	17.282	11.446	15.160	17.568	46.897	-
Custo e despesa operacional	(4.409)	(3.000)	(4.254)	(3.811)	(4.294)	(375)
Depreciação e amortização	(3.782)	(2.582)	(3.268)	(3.354)	(7.186)	-
Receita de juros	5.969	2.736	4.323	5.812	721	5
Despesa de juros	(9.052)	(5.125)	(7.429)	(8.516)	(306)	(3)
Despesa de imposto sobre a renda	(2.559)	(1.274)	(1.932)	(2.515)	(1.719)	-
Lucro (prejuízo) líquido	3.448	2.202	2.600	5.183	34.113	(368)

### 12.4.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, que partir da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, passou a ser controlado em conjunto pela CPFL Energias Renováveis S.A., são como segue:

	<b>31/12/2020</b>
	<b>Baesa</b>
Ativo circulante	88.780
Caixa e equivalentes de caixa	15.338
Ativo não circulante	1.062.369
Passivo circulante	74.542
Outros passivo financeiros	74.542
Passivo não circulante	396.099
Outros passivo financeiros	396.099
Patrimônio líquido	680.508

	<b>2020</b>
	<b>Baesa</b>
Receita operacional líquida	296.078
Custo e despesa operacional	61.621
Depreciação e amortização	(51.701)
Receita de juros	1.248
Despesa de juros	(85.357)
Despesa de imposto sobre a renda	(75.762)
Lucro (prejuízo) líquido	146.090

### 12.5 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

**( 13 ) IMOBILIZADO**

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	4.152	-	88.846	619.583	607	1.408	82.457	797.053
Custo histórico	4.193	-	142.364	1.223.490	809	2.101	82.457	1.455.414
Depreciação acumulada	(41)	-	(53.518)	(603.907)	(202)	(693)	-	(658.361)
Adições	-	-	-	-	-	-	58.735	58.735
Baixas	-	-	-	(17.552)	(213)	-	(165)	(17.930)
Transferências	-	-	17.407	38.155	241	168	(55.971)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Depreciação	(4)	-	(8.333)	(65.142)	(131)	(132)	-	(73.741)
Baixa da depreciação	-	-	-	8.573	87	-	-	8.661
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	4.147	-	97.920	583.617	591	1.444	84.985	772.704
Custo histórico	4.193	-	159.771	1.244.092	837	2.269	84.988	1.496.151
Depreciação acumulada	(46)	-	(61.852)	(660.474)	(246)	(825)	-	(723.443)
Adições	-	-	-	-	-	-	77.855	77.855
Baixas	(189)	(1.344)	(13.954)	(25.516)	(114)	(20)	-	(41.137)
Transferências	-	-	12.405	5.972	-	220	(18.597)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	3.971	3.971
Depreciação	(5)	(3.116)	(11.610)	(76.664)	(147)	(162)	-	(91.703)
Baixa da depreciação	-	929	685	16.550	18	12	-	18.194
Reestruturação Societária - custo	14.940	467.527	389.302	1.405.732	1.927	2.891	5.327	2.287.646
Reestruturação Societária - depreciação	-	(245.288)	(219.465)	(881.129)	(1.320)	(2.580)	-	(1.349.782)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	18.894	218.708	255.283	1.028.564	954	1.805	153.544	1.677.751
Custo histórico	18.945	466.183	547.521	2.630.280	2.650	5.360	153.544	3.824.484
Depreciação acumulada	(51)	(247.476)	(292.238)	(1.601.716)	(1.696)	(3.556)	-	(2.146.733)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa média de depreciação 2020	4,52%	2,84%	4,83%	13,67%	14,29%	6,27%		
Taxa média de depreciação 2019	1%	0%	16,27%	15,36%	14,29%	6,27%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	144.991	856.814	582.658	5.726.794	648	3.064	139.615	7.454.584
Custo histórico	183.418	1.287.038	836.066	7.946.776	1.042	6.193	139.615	10.400.148
Depreciação acumulada	(38.427)	(430.224)	(253.408)	(2.219.982)	(394)	(3.129)	-	(2.945.564)
Adições	-	-	-	-	-	-	240.594	240.594
Baixas	-	(5)	(31.080)	(22.349)	(213)	-	(8)	(53.655)
Transferências	603	15.744	48.146	69.211	260	390	(134.354)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.968)	12.395	-	(40)	2.170	(2.025)
Depreciação	(7.911)	(55.031)	(37.768)	(380.522)	(151)	(372)	-	(481.755)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	11.353	87	-	-	13.676
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	(5)	-	21	645	-	-	-	661
Saldo em 31/12/2019	136.345	809.279	557.240	5.417.528	632	3.043	248.017	7.172.083
Custo histórico	182.688	1.294.527	846.164	8.006.034	1.090	6.543	248.017	10.585.063
Depreciação acumulada	(46.343)	(485.249)	(288.924)	(2.588.506)	(458)	(3.500)	-	(3.412.981)
Adições	-	-	-	-	-	-	262.804	262.804
Baixas	(1.041)	(3.686)	(33.173)	(37.884)	(114)	(40)	-	(75.938)
Transferências	852	2.135	69.395	27.445	-	264	(100.092)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	3.930	3.930
Depreciação	(2.142)	(26.991)	(33.058)	(373.085)	(167)	(416)	-	(435.859)
Baixa da depreciação	40	1.814	691	21.077	18	24	-	23.664
Reestruturação Societária - custo	14.940	467.527	389.302	1.405.732	1.927	2.891	5.155	2.287.474
Reestruturação Societária - depreciação	-	(245.288)	(219.465)	(881.129)	(1.320)	(2.580)	-	(1.349.782)
Saldo em 31/12/2020	148.994	1.004.789	730.932	5.579.683	975	3.185	419.814	7.888.373
Custo histórico	197.440	1.778.757	1.283.287	9.501.883	3.084	9.791	419.814	13.194.056
Depreciação acumulada	(48.445)	(773.968)	(552.355)	(3.922.200)	(2.109)	(6.606)	-	(5.305.682)
Taxa média de depreciação 2020	5,67%	5,80%	4,72%	5,88%	14,40%	6,44%		
Taxa média de depreciação 2019	3,86%	3,89%	3,88%	4,44%	13,25%	9,18%		



O imobilizado em curso na controladora de R\$ 153.544 (R\$ 84.985 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente a obras de manutenção em unidades operacionais. No consolidado, o imobilizado em curso de R\$ 419.814 (R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente às obras da controladora e aos projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 139.746 (R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019) cuja previsão de entrada em operação está para o segundo trimestre de 2021, antecipando a entrega em cerca de 2,5 anos do prazo oficial estabelecido pela ANEEL.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 818.561 (R\$ 3.908.099 em 31 de dezembro de 2019).

### **13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

**( 14 ) INTANGÍVEL**

<b>Controladora</b>			
	<b>Direito de concessão</b>		<b>Total</b>
	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>902.019</b>	<b>23.018</b>	<b>925.038</b>
Custo histórico	916.736	32.402	949.139
Amortização acumulada	(14.717)	(9.384)	(24.101)
Adições	-	5.987	5.987
Amortização	(64.431)	(3.455)	(67.886)
Baixa e transferência - outros ativos	-	71	71
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>837.588</b>	<b>25.621</b>	<b>863.209</b>
Custo histórico	916.736	38.460	955.196
Amortização acumulada	(79.148)	(12.839)	(91.987)
Adições	-	8.113	8.113
Amortização	(64.430)	(4.451)	(68.881)
Baixa e transferência - outros ativos	(2.493)	(3.971)	(6.464)
Reestruturação Societária	75.581	3	75.584
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>846.245</b>	<b>25.314</b>	<b>871.559</b>
Custo histórico	1.766.660	42.689	1.809.349
Amortização acumulada	(920.416)	(17.374)	(937.790)

<b>Consolidado</b>				
	<b>Direito de concessão</b>		<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>UBP/Intangível de concessão</b>		
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>2.602.625</b>	<b>-</b>	<b>40.333</b>	<b>2.642.958</b>
Custo histórico	3.637.662	-	61.483	3.699.145
Amortização acumulada	(1.035.037)	-	(21.150)	(1.056.187)
Adições	-	-	6.030	6.030
Amortização	(159.227)	-	(4.741)	(163.968)
Transferência de imobilizado	-	-	1.365	1.365
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.443.398</b>	<b>-</b>	<b>42.987</b>	<b>2.486.385</b>
Custo histórico	3.637.662	-	68.878	3.706.540
Amortização acumulada	(1.194.264)	-	(25.891)	(1.220.155)
Adições	-	8.679	8.350	17.029
Amortização	(161.006)	-	(5.698)	(166.704)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.430)	-	(3.930)	(17.360)
Reestruturação Societária	75.581	-	3	75.584
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.344.542</b>	<b>8.679</b>	<b>41.712</b>	<b>2.394.934</b>
Custo histórico	4.040.580	8.679	73.386	4.122.644
Amortização acumulada	(1.696.037)	-	(31.673)	(1.727.710)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como (i) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios; e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

#### **14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios**

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

Consolidado						
	31/12/2020			31/12/2019		Taxa de amortização anual
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2020	31/12/2019
<b>Intangível adquirido em combinações de negócio</b>						
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
Alto Irani	171.016	(76.686)	94.330	102.474	4,76%	4,75%
Anvored	38.086	(17.190)	20.896	22.649	4,60%	4,62%
Atlântica I	469	(100)	369	383	3,13%	3,79%
Atlântica II	469	(100)	369	383	3,12%	3,96%
Atlântica IV	469	(100)	369	383	3,12%	3,96%
Atlântica V	469	(100)	369	383	3,12%	3,96%
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-
Barra da Paciência	82.973	(50.741)	32.232	35.813	4,32%	4,33%
Bio Ester	15.874	(7.780)	8.094	9.037	5,94%	5,84%
Boa Vista 2	74.049	(4.834)	69.216	71.536	3,13%	3,13%
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-
Campo dos Ventos I	3.642	(603)	3.038	3.175	3,75%	4,07%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.255)	4.321	4.492	3,07%	3,26%
Campo dos Ventos III	3.642	(613)	3.029	3.165	3,74%	4,04%
Campo dos Ventos V	3.642	(603)	3.038	3.175	3,75%	4,07%
Cocais Grande	29.297	(15.285)	14.012	15.569	5,31%	5,28%
Corrente Grande	49.995	(30.289)	19.706	21.876	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(10.251)	39.232	40.750	3,07%	3,03%
Costa das Dunas	5.278	-	5.278	5.278	-	-
Eólica Paracuru	234.646	(102.717)	131.929	143.238	4,82%	4,83%
Eurus I	65.603	(13.038)	52.565	54.640	3,10%	3,09%
Eurus III	65.603	(13.038)	52.565	54.640	3,10%	3,09%
Eurus VI	1.311	(336)	975	1.015	3,02%	3,92%
Farol de Touros	4.060	-	4.060	4.060	-	-
Figueira Branca	2.436	-	2.436	2.436	-	-
Figueirópolis	6.672	(2.142)	4.529	4.869	5,09%	5,28%
Gamelaíra	3.248	-	3.248	3.248	-	-
Juremas	40.751	(8.464)	32.288	33.542	3,08%	3,03%
Ludesa	132.579	(45.549)	87.030	94.242	5,44%	5,39%
Macacos	53.384	(11.087)	42.296	43.939	3,08%	3,07%
Mata Velha	25.463	(7.294)	18.169	19.760	5,19%	5,17%
Morro dos Ventos I	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%	3,16%
Morro dos Ventos II	3.169	(561)	2.608	2.707	2,41%	2,64%
Morro dos Ventos III	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%	3,20%
Morro dos Ventos IV	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%	3,20%
Morro dos Ventos VI	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%	3,20%
Morro dos Ventos IX	53.150	(10.821)	42.329	44.051	3,17%	3,20%
Ninho da Águia	29.297	(15.285)	14.012	15.569	5,31%	5,28%
PaioI	58.594	(26.756)	31.838	34.567	4,66%	4,62%
Pedra Cheirosa I	30.773	(4.380)	26.394	37.019	4,07%	3,12%
Pedra Cheirosa II	32.772	(3.940)	28.832	33.299	3,43%	3,43%
Pedra Preta	53.390	(11.060)	42.330	43.968	3,07%	3,04%
Plano Alto	127.249	(57.060)	70.189	76.249	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	67.741	(25.249)	42.492	46.187	5,45%	5,45%
Salto Góes	55.442	(16.198)	39.243	41.247	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%	3,16%
Santa Clara II	5.229	(1.340)	3.889	4.047	3,02%	3,12%
Santa Clara III	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%	3,12%
Santa Clara IV	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%	3,12%
Santa Clara V	5.229	(1.334)	3.896	4.053	3,00%	3,06%
Santa Clara VI	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%	3,12%
Santa Luzia	88.167	(25.597)	62.570	65.414	3,23%	3,21%
Santa Mônica	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%	3,33%
Santa Ursula	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%	3,33%
Santo Dimas	5.963	(894)	5.069	5.288	3,67%	3,77%
São Benedito	5.963	(909)	5.054	5.272	3,66%	3,74%
São Domingos	5.963	(887)	5.076	5.285	3,50%	3,26%
São Gonçalo	32.226	(16.739)	15.487	17.192	5,29%	5,30%
São Martinho	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%	3,74%
SIIF Cinco	139.766	(61.678)	78.088	84.878	4,86%	4,85%
Varginha	26.367	(13.757)	12.610	14.012	5,31%	5,28%
Varzea Alegre	21.973	(11.464)	10.509	11.676	5,31%	5,37%
<b>Subtotal</b>	<b>2.273.919</b>	<b>(775.622)</b>	<b>1.498.298</b>	<b>1.605.810</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - recomposto</b>						
Eólica de Icarazinho	353.069	(154.556)	198.512	215.528	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(100.224)	126.889	137.923	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(312.273)	447.756	484.137	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(353.363)	73.087	-	2,34%	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.766.660</b>	<b>(920.416)</b>	<b>846.245</b>	<b>837.588</b>		
<b>Total</b>	<b>4.040.580</b>	<b>(1.696.037)</b>	<b>2.344.542</b>	<b>2.443.398</b>		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

## 14.2 UBP/Intangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.8, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 8.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual as Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%. Vide notas explicativas 14.1 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes a passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

## 14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 15 ) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Circulante</u></b>				
Suprimento de energia elétrica	100.513	55.393	87.589	50.487
Encargos de uso da rede elétrica	122	239	786	1.277
Materiais e serviços	38.861	29.229	91.105	84.953
<b>Total</b>	<b>139.496</b>	<b>84.861</b>	<b>179.479</b>	<b>136.717</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Suprimento de energia elétrica	-	1.005	117.360	104.206
Materiais e serviços	2.756	-	2.756	-
<b>Total</b>	<b>2.756</b>	<b>1.005</b>	<b>120.116</b>	<b>104.206</b>

## ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

		Controladora			
Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Amortização o principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
Pré Fixado	262.997	(47.654)	20.167	(18.217)	217.292
Pós Fixado					
TJLP	607.901	(73.620)	24.089	(24.756)	533.614
CDI	44.170	(44.000)	1.489	(1.659)	-
IGPM	51.663	(11.142)	6.161	(4.076)	42.606
<b>Total ao custo</b>	<b>966.731</b>	<b>(176.417)</b>	<b>51.906</b>	<b>(48.708)</b>	<b>793.512</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(3.058)</b>	<b>-</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>(2.583)</b>
<b>Total</b>	<b>963.673</b>	<b>(176.417)</b>	<b>52.381</b>	<b>(48.708)</b>	<b>790.929</b>
<b>Circulante</b>	<b>174.291</b>				<b>131.479</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>789.382</b>				<b>659.450</b>

  

		Controladora						
Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	217.292	-	-	(216.232)	6.950	-	(8.010)	-
TJLP e TLP	533.614	-	-	(191.086)	29.341	-	(29.991)	341.877
IGP-M	42.606	-	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
<b>Total ao custo</b>	<b>793.512</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(419.886)</b>	<b>48.672</b>	<b>-</b>	<b>(41.497)</b>	<b>380.799</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(2.583)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.454</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(129)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar	-	120.000	189.205	-	4.148	10.651	(4.727)	319.277
Marcação a mercado	-	-	2.492	-	(4.231)	-	-	(1.739)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>120.000</b>	<b>191.697</b>	<b>-</b>	<b>(83)</b>	<b>10.651</b>	<b>(4.727)</b>	<b>317.538</b>
<b>Total</b>	<b>790.929</b>	<b>120.000</b>	<b>191.697</b>	<b>(419.886)</b>	<b>51.043</b>	<b>10.651</b>	<b>(46.224)</b>	<b>698.208</b>
<b>Circulante</b>	<b>131.479</b>							<b>230.111</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>659.450</b>							<b>468.098</b>

  

		Consolidado				
Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
Pré Fixado	543.240	-	(75.312)	37.114	(40.692)	464.351
TJLP	2.893.885	-	(289.277)	226.875	(205.807)	2.625.676
IPCA	32.785	-	(711)	1.473	(1.735)	31.813
CDI	267.793	-	(105.200)	6.997	(11.809)	157.781
IGPM	51.888	-	(11.141)	5.936	(4.077)	42.606
<b>Total ao custo</b>	<b>3.789.591</b>	<b>-</b>	<b>(481.641)</b>	<b>278.395</b>	<b>(264.120)</b>	<b>3.322.227</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(22.302)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>-</b>	<b>2.632</b>	<b>-</b>	<b>(20.773)</b>
<b>Total</b>	<b>3.767.289</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(481.641)</b>	<b>281.027</b>	<b>(264.120)</b>	<b>3.301.454</b>
<b>Circulante</b>	<b>476.262</b>					<b>404.779</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.291.027</b>					<b>2.896.675</b>

Modalidade	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	464.351	-	-	(462.424)	15.087	-	(17.013)	-
TJLP e TLP	2.625.676	3.000	-	(2.146.844)	119.294	-	(126.173)	474.954
IPCA	31.813	-	-	(31.706)	804	-	(911)	-
CDI	157.781	-	-	(26.000)	3.929	-	(5.868)	129.842
IGP-M	42.606	-	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
<b>Total ao custo</b>	<b>3.322.227</b>	<b>3.000</b>	<b>-</b>	<b>(2.679.542)</b>	<b>151.495</b>	<b>-</b>	<b>(153.461)</b>	<b>643.718</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(20.773)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.667</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.106)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar	-	120.000	189.205	-	4.148	10.651	(4.727)	319.277
Marcação a mercado	-	-	2.492	-	(4.231)	-	-	(1.739)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>120.000</b>	<b>191.697</b>	<b>-</b>	<b>(83)</b>	<b>10.651</b>	<b>(4.727)</b>	<b>317.538</b>
<b>Total</b>	<b>3.301.454</b>	<b>123.000</b>	<b>191.697</b>	<b>(2.679.542)</b>	<b>169.079</b>	<b>10.651</b>	<b>(158.188)</b>	<b>958.150</b>
<b>Circulante</b>	<b>404.779</b>							<b>272.016</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.896.675</b>							<b>686.135</b>

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2020	31/12/2019			
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 4,5%	-	41.963	2014 a 2020	(i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid	
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	-	30.179	2012 a 2020	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid	
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%	-	392.209	2012 a 2020	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis	
		-	464.351			
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(a)	474.288	2.623.868	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5%		666	1.808	2019 a 2021	Fiança Bancária
			474.954	2.625.676		
IPCA						
BNB	IPCA + 2,08%		-	31.813	2038	Fiança Bancária
CDI						
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	(b)	129.843	157.781	2016 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgataveis e Fiança da CPFL Renováveis
IGPM						
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%		38.922	42.606	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Total moeda nacional			643.719	3.322.227		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Emprestimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de (2,07% a 3,29%)		319.277	-	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(1.739)	-		
Total moeda estrangeira			317.538	-		
Gastos com captação (*)			(3.106)	(20.773)		
Total			958.150	3.301.454		

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI      b) De 100% a 130% do CDI



Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636, contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 4.375.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2022	54.970	54.970
2023	100.024	148.626
2024	89.482	149.109
2025	89.482	96.482
2026	40.915	47.914
2027 a 2031	95.467	102.467
2032 a 2036	-	34.793
2037 a 2041	-	34.115
2042 a 2046	-	19.900
<b>Subtotal</b>	<b>470.340</b>	<b>688.376</b>
Marcação a mercado	(2.242)	(2.242)
<b>Total</b>	<b>468.098</b>	<b>686.134</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Controladora		Consolidado	
			% da dívida		% da dívida	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IGP-M	23,14	7,30	5,57	7,43	4,06	1,52
TJLP	4,87	6,30	48,95	92,57	49,25	92,86
CDI	2,78	5,97	45,48	-	46,69	5,62
			100,00	100,00	100,00	100,00

### Principais adições no exercício

No exercício de 2020, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil			Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	Liberado em 2020	Liberado líquido dos gastos de captação						
TJLP - BNDES	144.500	3.000	3.000	Mensal	Mensal a partir de dezembro de 2019	Investimento	TLPJ + 2,52%	TJLP + 3,27%	Não se aplica
<b>Moeda Estrangeira Lei 4131</b>									
CPFL Renováveis	120.000	120.000	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 1,96%	CDI + 0,80%
	<b>264.500</b>	<b>123.000</b>	<b>123.000</b>						

### Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.422.987 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

### Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Pós fixado						
TJLP	370.732	-	(54.821)	25.724	(3.750)	337.885
CDI	914.924	838.000	(753.343)	70.112	(73.049)	996.644
IPCA	270.431	-	(16.140)	33.767	(7.360)	280.699
<b>Total ao custo</b>	<b>1.556.087</b>	<b>838.000</b>	<b>(824.304)</b>	<b>129.603</b>	<b>(84.158)</b>	<b>1.615.228</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(18.484)	(229)	-	6.887	-	(11.826)
<b>Total</b>	<b>1.537.603</b>	<b>837.771</b>	<b>(824.304)</b>	<b>136.490</b>	<b>(84.158)</b>	<b>1.603.402</b>
Circulante	285.931					201.019
Não circulante	1.251.672					1.402.384

Controladora					
Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Pós fixado					
TJLP	337.885	(345.010)	9.238	(2.111)	-
CDI	996.644	(153.000)	28.672	(32.199)	840.117
IPCA	280.699	-	27.622	(15.333)	292.988
<b>Total ao custo</b>	<b>1.615.228</b>	<b>(498.010)</b>	<b>65.532</b>	<b>(49.643)</b>	<b>1.133.105</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(11.825)	-	8.339	-	(3.486)
<b>Total</b>	<b>1.603.403</b>	<b>(498.010)</b>	<b>73.871</b>	<b>(49.643)</b>	<b>1.129.619</b>
Circulante	201.019				8.293
Não Circulante	1.402.384				1.121.326

Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Pós fixado						
TJLP	481.100	-	(70.761)	33.386	(4.732)	438.993
CDI	1.060.614	838.000	(898.405)	74.773	(78.338)	996.644
IPCA	270.431	-	(16.140)	33.768	(7.360)	280.699
<b>Total ao custo</b>	<b>1.812.145</b>	<b>838.000</b>	<b>(985.306)</b>	<b>141.927</b>	<b>(90.429)</b>	<b>1.716.336</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(20.599)	(228)	-	7.745	-	(13.082)
<b>Total</b>	<b>1.791.545</b>	<b>837.772</b>	<b>(985.306)</b>	<b>149.672</b>	<b>(90.429)</b>	<b>1.703.254</b>
Circulante	343.731					212.251
Não circulante	1.447.814					1.491.001

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Pós fixado					
TJLP	438.991	(448.249)	12.001	(2.744)	-
CDI	996.644	(153.000)	28.671	(32.199)	840.117
IPCA	280.699	-	27.622	(15.333)	292.988
<b>Total ao custo</b>	<b>1.716.334</b>	<b>(601.249)</b>	<b>68.294</b>	<b>(50.276)</b>	<b>1.133.105</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(13.082)	-	9.596	-	(3.486)
<b>Total</b>	<b>1.703.252</b>	<b>(601.249)</b>	<b>77.890</b>	<b>(50.276)</b>	<b>1.129.619</b>
<b>Circulante</b>	<b>212.251</b>				<b>8.293</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.491.001</b>				<b>1.121.326</b>

(\*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Vencimento	Garantias
		31/12/2020	31/12/2019		
Mensurado ao custo - Pós fixado					
TJLP	TJLP + 1%	-	438.993	2009 a 2029	Alienação fiduciária
CDI	De 106,00% a 110% do CDI	(a) 840.117	996.644	2020 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 4,42 a 5,8%	(b) 292.988	280.699	2021 a 2027	Fiança da CPFL Energia
		1.133.105	1.716.336		
	Custos de captação (*)	(3.486)	(13.082)		
	Total	1.129.619	1.703.252		
	Total	1.129.619	1.703.252		

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(\*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, para as captações realizadas no exercício de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2022	763.812
2023	357.514
<b>Total</b>	<b>1.121.326</b>

#### Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.474 de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

#### Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

### ( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	22.344	17.077
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	878	-	10.488	8.318
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>878</b>	<b>-</b>	<b>32.832</b>	<b>25.395</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	309	348	1.593	2.746
Programa de integração social - PIS	5.132	2.454	6.582	3.262
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.297	9.941	27.524	13.705
Outros	28.738	4.096	31.979	6.232
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>56.475</b>	<b>16.839</b>	<b>67.678</b>	<b>25.945</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>57.353</b>	<b>16.839</b>	<b>100.509</b>	<b>51.340</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
ICMS a pagar	-	-	839	805
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>839</b>	<b>805</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>839</b>	<b>805</b>

O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

## ( 19 ) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1)	6.474	928	-	-	38.432	24.979
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2)	53.442	62.288	19.946	24.485	184.955	203.844
<b>Total</b>	<b>59.916</b>	<b>63.216</b>	<b>19.946</b>	<b>24.485</b>	<b>223.388</b>	<b>228.823</b>

### 19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	8.077	1.923	2.270	1.567
<b>Cíveis</b>	26.718	3.435	20.679	3.351
<b>Fiscais</b>	3.637	11.149	2.029	9.200
<b>Outros</b>	-	83	-	-
<b>Total</b>	<b>38.432</b>	<b>16.590</b>	<b>24.979</b>	<b>14.118</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	2.270	5.418	(3)	-	123	-	8.077
Cíveis	20.679	17.056	(3.092)	(47)	(6.990)	(890)	26.718
Fiscais	2.029	3.636	-	-	-	(2.029)	3.637
<b>Total</b>	<b>24.979</b>	<b>26.110</b>	<b>(3.095)</b>	<b>(47)</b>	<b>(6.867)</b>	<b>(2.919)</b>	<b>38.432</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

#### Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhistas	3.373	2.613	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	381.890	343.785	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	1.379.283	344.594	Imposto de renda e contribuição social (nota 18)
Fiscais - Outros	968.376	465.258	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatórios	3.964	3.590	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.736.886</b>	<b>1.159.840</b>	

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006

referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## 19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Ajuste a valor presente	Efeitos da revisão da taxa de desconto	31/12/2019
Desmobilização de ativos	29.235	16.571	4.672	11.811	62.288
<b>Total</b>	<b>29.235</b>	<b>16.571</b>	<b>4.672</b>	<b>11.811</b>	<b>62.288</b>



Controladora				
	31/12/2019	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	62.288	(13.106)	4.260	53.442
<b>Total</b>	<b>62.288</b>	<b>(13.106)</b>	<b>4.260</b>	<b>53.442</b>

Consolidado							
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Baixas	Atualização monetária	Ajuste a valor presente	31/12/2019
Desmobilização de ativos	108.711	43.377	-	(28.848)	12.570	67.513	203.323
Custos socioambientais	24.039	1.579	(1.964)	-	1.352	-	25.006
<b>Total</b>	<b>132.750</b>	<b>44.956</b>	<b>(1.964)</b>	<b>(28.848)</b>	<b>13.923</b>	<b>67.513</b>	<b>228.329</b>
Circulante	22.489						24.485
Não Circulante	110.261						203.844

Consolidado					
	31/12/2019	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	203.323	-	(32.400)	13.906	184.829
Custos socioambientais	25.006	(6.244)	-	1.309	20.071
<b>Total</b>	<b>228.329</b>	<b>(6.244)</b>	<b>(32.400)</b>	<b>15.215</b>	<b>204.900</b>
Circulante	24.485				19.946
Não Circulante	203.844				184.955

## ( 20 ) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Biomassa	-	-	7.640	7.334
Eólicas	98.856	67.263	383.738	225.343
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	77.888	59.454
	<b>98.856</b>	<b>67.263</b>	<b>469.266</b>	<b>292.131</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>98.070</b>	<b>67.263</b>	<b>444.640</b>	<b>248.883</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>786</b>	<b>-</b>	<b>24.626</b>	<b>43.248</b>

**( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e Concessionárias	1.317	1.123	-	-	14.743	242	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	104	-	-	-	326	4.003	3.558	-
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	6	-	-	-	6	-	-	-
Folha de pagamento	1.588	1.459	-	-	1.588	1.487	-	-
Participação nos lucros	13.281	10.397	2.093	972	13.281	10.749	2.093	972
Taxas regulamentares	22.211	-	-	-	22.219	33	-	-
Outros	1.611	674	-	-	23.116	13.408	1.657	24.593
<b>Total</b>	<b>40.118</b>	<b>13.653</b>	<b>2.093</b>	<b>972</b>	<b>75.279</b>	<b>29.922</b>	<b>7.308</b>	<b>25.565</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>				
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.337	50,85%	277.251.717	53,18%
CPFL Energia S.A.	291.845.167	49,15%	243.771.824	46,76%
Demais acionistas	-	-	291.550	0,06%
<b>Total</b>	<b>593.782.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>521.315.091</b>	<b>100,00%</b>

Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, o capital social da CPFL Renováveis passou a ser de R\$ 4.032.292 com emissão de 72.575.424 novas ações.

**Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis**

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração (“Ofertante”) adquiriu

183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 (“AGE”), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

## **22.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 3.698.060 em 31 de dezembro de 2019), representado por 593.782.504 (521.315.091 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em decorrência das reestruturações societárias, houve aumento de capital conforme abaixo (vide nota 1.6):

- 1 - Aumento de capital no montante de R\$ 210.000, mediante a capitalização de créditos advindos do acervo cindido da CPFL Geração;
- 2 – Aumento de capital no montante de R\$ 108.139, mediante a incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A.
- 3 – Aumento de capital no montante de R\$ 16.093, mediante a incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

## **22.2 Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

## **22. 3 Reserva de lucros**

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 962.778 (R\$ 224.956 em 31 de dezembro de 2019), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 50.869 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2019); ii) Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro de R\$ 47.486 (R\$ 163.924 em 31 de dezembro de 2019); iii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 748.303, constituído da seguinte forma: R\$ 747.985 a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2020 da Companhia, e R\$ 318, conforme conversão parcial da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 188.218, declarados a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

## **22.4 Resultado abrangente acumulado**

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("deemed cost") à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 335.947, sendo R\$ 316.359, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 57.287, sendo R\$ 34.519, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2); e R\$ 22.768 de perda atuarial; e
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 no montante de R\$ 294.

## 22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2020</b>
Lucro líquido do exercício	792.496
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	9.482
(+) Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração	173.849
<b>Lucro base para destinação</b>	<b>975.827</b>
Reserva legal	(39.625)
Dividendos mínimos obrigatórios	(188.218)
Dividendos adicionais propostos	(747.985)

## ( 23 ) LUCRO POR AÇÃO

### Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do resultado por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	792.496	96.628
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	545.470.895	513.827.439
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>1,45</b>	<b>0,19</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	792.496	96.628
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis	-	(13.772)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	792.496	82.856
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	545.470.895	513.827.439
<b>Lucro por ação - diluído</b>	<b>1,45</b>	<b>0,16</b>

**( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
Hidrelétrica	161.544	-	161.544	-
Biomassa	-	-	304.074	286.065
Eólicas	479.587	471.802	1.280.470	1.180.740
Pequenas Centrais Hidrelétricas	9	-	577.436	569.834
Solar	-	-	426	386
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>641.140</b>	<b>471.802</b>	<b>2.323.950</b>	<b>2.037.025</b>
Outras receitas e rendas	12.974	3.832	14.362	5.927
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>654.114</b>	<b>475.634</b>	<b>2.338.311</b>	<b>2.042.952</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	-	-	(292)	-
PIS	(11.447)	(7.848)	(23.481)	(18.941)
COFINS	(52.726)	(36.148)	(108.258)	(87.338)
Reserva global de reversão - RGR	-	-	(152)	-
Programa de P & D e eficiência energética	(25)	-	(25)	-
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(85)	-	(789)	-
Outros	(1.153)	(22.061)	(6.618)	(8.663)
	<b>(65.436)</b>	<b>(66.057)</b>	<b>(139.615)</b>	<b>(114.942)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>588.678</b>	<b>409.577</b>	<b>2.198.696</b>	<b>1.928.011</b>

**( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda	171.214	120.927	246.426	224.924
Crédito de PIS e COFINS	(14.524)	(10.601)	(12.065)	(5.997)
<b>Subtotal</b>	<b>156.690</b>	<b>110.326</b>	<b>234.361</b>	<b>218.927</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	28.921	27.219	108.310	103.460
Crédito de PIS e COFINS	(2.686)	(2.408)	(2.743)	(2.753)
<b>Subtotal</b>	<b>26.236</b>	<b>24.811</b>	<b>105.567</b>	<b>100.707</b>
<b>Total</b>	<b>182.925</b>	<b>135.136</b>	<b>339.928</b>	<b>319.634</b>

**( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Controladora										
	Custo com operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	2.325	1	-	-	67.459	83.464	-	-	69.784	83.465
Entidade de previdência privada	1.173	-	-	-	-	-	-	-	1.173	-
Material	13.026	8.083	-	-	3.051	2.352	-	-	16.077	10.435
Serviços de terceiros	19.359	29.671	34	20	36.138	35.180	-	-	55.531	64.871
Outros	6.440	6.803	-	-	13.854	8.551	33.660	8.192	53.954	23.546
Arrendamentos e aluguéis	6.326	5.439	-	-	3.719	4.424	-	-	10.045	9.863
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	423	560	-	-	423	560
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	5.659	739	-	-	5.659	739
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	33.588	8.192	33.588	8.192
Outros	114	1.364	-	-	4.053	2.828	72	-	4.239	4.192
Total	42.323	44.558	34	20	120.501	129.547	33.660	8.192	196.519	182.317

Consolidado										
	Custo com operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	39.022	30.195	-	-	69.523	84.675	-	-	108.545	114.870
Entidade de previdência privada	1.173	-	-	-	-	-	-	-	1.173	-
Material	24.549	18.195	-	-	5.063	2.441	-	-	29.612	20.636
Serviços de terceiros	143.644	156.847	34	28	44.823	46.322	-	-	188.501	203.197
Outros	40.426	42.652	-	-	23.904	12.790	48.145	10.697	112.475	66.139
Arrendamentos e aluguéis	22.449	18.759	-	-	6.203	7.150	-	-	28.652	25.909
Publicidade e propaganda	88	-	-	-	440	552	-	-	528	552
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	11.872	2.149	-	-	11.872	2.149
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	47.369	10.697	47.369	10.697
Amortização de prêmio pago - GSF	4.909	3.926	-	-	-	-	-	-	4.909	3.926
Outros	12.980	19.967	-	-	5.389	2.939	776	-	19.145	22.906
Total	248.815	247.889	34	28	143.313	146.228	48.145	10.697	440.306	404.842

**( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	5.807	15.604	32.723	73.216
Atualizações monetárias, juros e multas	8.692	1.320	7.211	2.363
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.269)	(1.797)	(1.564)	(2.877)
Receita decorrente de liquidações CCEE	14.083	20.496	50.753	89.510
Outros	1.038	1.317	9.680	10.446
<b>Total</b>	<b>28.352</b>	<b>36.940</b>	<b>98.805</b>	<b>172.658</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(101.754)	(155.299)	(221.760)	(372.548)
Atualizações monetárias e cambiais	(25.538)	(35.210)	(27.894)	(48.471)
Juros sobre contratos de mútuo	(63.490)	(69.991)	(43.798)	(25.601)
Atualização de débitos fiscais	(2.223)	(578)	(3.064)	(1.241)
Ajuste a valor presente	(4.261)	(4.672)	(15.217)	(13.925)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(5.252)	(10.727)	(10.945)	(21.167)
Despesa decorrente de liquidações CCEE	(4.465)	(21.731)	(15.163)	(81.883)
Pré pagamento de dívidas	(767)	(10)	(29.949)	(545)
Outros	(151)	(3.449)	(31.418)	(10.912)
<b>Total</b>	<b>(207.901)</b>	<b>(301.666)</b>	<b>(399.208)</b>	<b>(576.292)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(179.548)</b>	<b>(264.726)</b>	<b>(300.402)</b>	<b>(403.634)</b>

Foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de despesa com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 31).

**( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a

97,7% do CDI; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até Dezembro de 2021, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.084.052, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1%.

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		
<b>Mútuo com controladas e coligadas</b>		<b>Mútuo com controladas e coligadas</b>		
	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
SPE Bio Alvorada S.A.	20.908	State Grid Power Participações S.A.	2.025.022	-
SPE Bio Coopcana S.A.	19.393	CPFL Energia S.A.	-	422.379
Ventos de Santo Dimas SA.	17.037	PCH Holding S.A.	-	87.672
São Benedito Energias S.A	15.455	CIA Hidroel Figueirópolis	79.644	77.549
MATA VELHA ENERGÉTICA S.A	14.942	SPE Alto Irani S.A.	56.490	76.285
São Domingos Energias S.A	14.047	Santa Clara VI Energ. Ren	-	51.652
Campo dos Ventos I	13.403	Santa Clara IV Energ. Ren	-	49.608
Santa Úrsula Energias S.A	13.296	CPFL Bio Pedra Ltda.	-	67.695
Santa Mônica Energias S.A	12.133	Santa Clara V Energ Renov	-	47.713
SPE Salto Góes S.A.	11.972	Santa Clara II Energ. Ren	-	39.931
Campo dos Ventos III	11.337	CPFL Bio Buriti Ltda.	-	35.772
ATLANTICA IV PQ EOLICO SA	9.848	SPE Plano Alto S.A.	33.326	32.449
Campo dos Ventos V	8.940	Santa Clara III Energ Ren	-	37.312
Pedra Cheirosa I S.A.	6.805	Santa Clara I Energ Renov	-	24.745
ATLANTICA II PQ EOLICO SA	6.556	Eólica Paracuru SA	-	46.691
DESA EURUS III S.A.	6.245	Siif Cinco SA	-	12.912
Ventos de São Martinho SA	6.031	Eurus VI Energ Renováveis	-	13.549
Pedra Cheirosa II S.A.	5.925	SPE Ninho da Águia S.A.	-	13.250
Campo dos Ventos II S/A	3.148	CPFL Bio Ipê Ltda.	-	12.394
ATLANTICA I PQ EOLICO SA.	3.139	Pedra Cheirosa II S.A.	-	8.566
ATLANTICA V PQ EOLICO SA.	2.985	SPE Anoredo Energia S.A.	-	8.748
SPE Varginha Energia S.A.	2.839	SPE Cocalis Grande E. S.A.	-	6.493
DESA Morro dos Ven II S.A	2.795	SPE São Gonçalo S.A.	-	5.871
CIA Energé Novo Horizonte	2.417	SPE Barra Paciência S.A.	-	3.396
DESA Morro dos Ven IX S.A	2.199	SPE Varginha Energia S.A.	-	3.159
DESA Morro dos Ven III S.	1.880	Outras controladas	-	6.686
DESA EURUS I S.A.	1.869	<b>Total</b>	<b>2.194.481</b>	<b>1.192.477</b>
DESA Morro dos Ven IV S.A	991	<b>Circulante</b>	<b>2.026.115</b>	<b>533.944</b>
DESA Morro dos Ven I S.A.	20	<b>Não Circulante</b>	<b>168.367</b>	<b>658.533</b>
<b>Total</b>	<b>238.558</b>			

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.



A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 8.304 (R\$ 12.057 em 2019), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

**Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :**

	Consolidado			
	PASSIVO		DESPESA/CUSTO	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>				
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	(61)	10.908	8.842
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	-	-	66	80
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energ	-	-	15	17
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	-	(15)	1.770	1.958
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	-	-	181	206
Catxere Transmissora de Energia S.A.	-	-	176	203
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	308	325
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	-	-	121	206
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	-	-	281	296
Iracema Transmissora de Energia S.A.	-	-	75	78
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	-	-	700	759
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	-	-	105	114
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	-	-	143	165
Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A.	-	-	13	14
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	-	-	16	17
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	-	-	585	618
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	425	437
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S	-	(6)	1.137	1.164
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	-	-	120	133
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	-	-	322	305
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	-	-	107	119
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	-	-	393	429
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	-	-	107	118
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A	-	(41)	3.742	1.083

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:**

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
<b>Alocação de despesas (a)</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	3	203	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	(23)	-	-	145	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	91	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	(11)	-	-	-	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	(7)	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1	24	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	-	(7)	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	-	21	-	-	-	-
<b>Adiantamentos (d)</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	44.517	37.299	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	2.369	1.284	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	2.642	1.769	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	484	301	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	1.525	879	-	-	-	-
Outros	-	-	17	-	-	-	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	35	622	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	60	1.005	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	49	882	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	57	1.098	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	22	396	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos (c)</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	27.533	44.175	-	-	500.205	518.710	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	15.086	1.250	-	524	52.595	10.869	5.471	5.430
Companhia Piratininga de Força e Luz	9.872	1.986	-	-	39.888	16.887	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	66	-	-	66	66	-	-
Companhia Leste Paulista Energia	-	5	-	-	5	5	-	-
Companhia Sul Paulista Energia	-	9	-	-	9	9	-	-
Companhia Jaguari de Energia	185	72	-	-	1.547	1.128	349	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	2	-	-	2	2	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	114	-	-	114	114	1	40
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	446	216	-	8	3.905	2.532	101	57
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	8	9
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	9	9
<b>Imobilizado, materiais e prestação de serviços (e)</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	7	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	3	(3)	-	-	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	114
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	3.061	209	-	-	15.368	1.906
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	477	72	-	-	408	212
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1.369
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	1.304	410	-	-	894	410
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	10.376	2.697	-	-	7.679	2.697
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	28	32	-	-	119	16
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(35)
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	-	(60)
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(49)
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(57)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	(22)
<b>Aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	19	221	87
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	10	92	162
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	5	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	7	11	-
<b>Mútuo (b)</b>								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	29	19.811
CPFL Energia S.A.	-	-	(0)	422.082	-	-	11.545	5.814
State Grid Brazil	-	-	-	-	-	-	32.224	-
<b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	(0)	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.082

**( 29 )      SEGUROS**

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirrisco	2.408.465
Transporte	Nacional e Internacional	69.101
Automóveis	Cobertura Compreensiva	-
Responsabilidade civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA	140.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	124.060
Garantia	Seguro Garantia	559.707
Outros	Outros	150.000
<b>Total</b>		<b><u>3.451.334</u></b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

**( 30 )      GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

**Estrutura do gerenciamento de risco**

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Competia, até 30 de dezembro de 2020 ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia competia, até 30 de dezembro de 2020, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais

limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas possuem uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020		31/12/2020	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	178.865	178.865	326.991	326.991
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	7.426	7.426	308.482	308.482
Derivativos	29	(a)	Nível 2	88.079	88.079	88.079	88.079
<b>Total</b>				<b>274.370</b>	<b>274.370</b>	<b>723.552</b>	<b>723.552</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	380.671	380.899	640.613	638.504
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2	317.538	317.538	317.538	317.538
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.129.619	1.123.401	1.129.619	1.123.401
<b>Total</b>				<b>1.827.828</b>	<b>1.821.838</b>	<b>2.087.770</b>	<b>2.079.443</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.739 em 2020.

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

### Legenda

#### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. O Grupo possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que os derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
<b>Estratégia</b>									
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	88.079	-	88.079	85.443	2.636	US\$ + de 2,07% a 3,29%	104,8% CDI ou CDI + 0,8%	Abr/21 a fev/25	232.705
<b>Total</b>	<b>88.079</b>	<b>-</b>	<b>88.079</b>	<b>85.443</b>	<b>2.636</b>				
Circulante	60.338								
Não circulante	27.741								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
<b>Derivativos</b>				
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	-	87.447	(2.004)	85.443
Marcação a mercado (*)	-	2.636	-	2.636
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>90.083</b>	<b>(2.004)</b>	<b>88.079</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

	Ganho (Perda) no resultado	Ganho (Perda) no resultado abrangente
Risco protegido / operação	2020	2020
Variação cambial	11.674	-
Marcação a mercado	919	(238)
	<b>12.593</b>	<b>(238)</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

#### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(317.537)	baixa dolar	(6.587)	74.444	155.475
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	325.141		6.745	(76.227)	(159.198)
	<b>7.604</b>		<b>158</b>	<b>(1.783)</b>	<b>(3.723)</b>
<b>Total</b>	<b>7.604</b>		<b>158</b>	<b>(1.783)</b>	<b>(3.723)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>14</b>	<b>(160)</b>	<b>(335)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>144</b>	<b>(1.623)</b>	<b>(3.388)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30, e a depreciação cambial de 2,07% do dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

## c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado							
Instrumentos	Exposição	Risco	Receita (despesa)			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	134.519				3.968	4.960	5.952
Instrumentos financeiros passivos	(3.054.011)				(90.093)	(112.617)	(135.140)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(237.062)				(6.993)	(8.742)	(10.490)
	(3.156.554)	alta CDI	2,78%	2,95%	(93.118)	(116.399)	(139.678)
Instrumentos financeiros passivos	(38.922)				1.425	1.781	2.137
	(38.922)	alta IGP-M	23,14%	-3,66%	1.425	1.781	2.137
Instrumentos financeiros passivos	(474.954)				(20.850)	(26.063)	(31.276)
	(474.954)	alta TJLP	4,87%	4,39%	(20.850)	(26.063)	(31.276)
Instrumentos financeiros passivos	(292.988)				(13.565)	(16.957)	(20.348)
	(292.988)	alta IPCA	4,52%	4,63%	(13.565)	(16.957)	(20.348)
Total	(3.963.418)				(126.108)	(157.638)	(189.165)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(7)	(9)	(11)
Efeitos no resultado do exercício					(126.101)	(157.629)	(189.154)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## d) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 8 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

## e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota Explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	179.479	-	-	120.116	-	-	299.595
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	29.604	20.816	271.713	549.175	387.742	511.443	1.770.493
Debêntures - principal e encargos	17	8.536	-	30.136	1.193.082	-	-	1.231.754
Taxas regulamentares		22.219	-	-	-	-	-	22.219
Outros	20	14.750	-	-	-	-	-	14.750
Consumidores e concessionárias		14.743	-	-	-	-	-	14.743
EPE / FNDCT / PROCEL		7	-	-	-	-	-	7
<b>Total</b>		<b>254.587</b>	<b>20.816</b>	<b>301.849</b>	<b>1.862.373</b>	<b>387.742</b>	<b>511.443</b>	<b>3.338.810</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.



### **Contas a receber de clientes**

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

### **Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários**

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

### **Derivativos**

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

## ( 32 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Transações oriundas de incorporação:</b>				
Contas a receber	87.973	-	87.973	-
Dividendos e JCP a receber	3.987	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	72	-	-	-
Impostos a recuperar	23.685	-	23.506	-
Derivativos	77.728	-	77.728	-
Outros créditos	8.997	-	8.997	-
Depósitos judiciais	1.746	-	1.746	-
Baixas de AFAC em subsidiárias	2.858	-	-	-
Investimentos em joint ventures	125.772	-	125.772	-
Baixa de investimentos em subsidiárias	4.990	-	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	937.862	-	937.690	-
Intangível líquido de amortização	75.583	-	75.583	-
Fornecedores	5.089	-	5.089	-
Empréstimos e financiamentos	190.222	-	190.222	-
Impostos diferidos passivo	192.874	-	171.519	-
Previdência privada	33.574	-	28.802	-
Obrigações tributárias	126.554	-	126.513	-
Obrigações trabalhistas	3.021	-	3.021	-
Outros passivos	13.275	-	18.042	-
Provisões para contingências	270	-	270	-
Empréstimos com controladas e controladora	1.269	-	5.356	-
	<b>1.917.401</b>	<b>-</b>	<b>1.887.829</b>	<b>-</b>
<b>Outras transações:</b>				
Transferência entre imobilizado e intangível	3.971	71	3.930	1.366
Transferência de aplicações financeiras para cauções	-	7.825	-	7.815
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	926	-	926
Dividendos deliberados com controladas	375.623	316.751	-	-
Dividendos deliberados com minoritários	-	-	65.946	11.897
Provisão para perda de investimentos	254	290	-	-
Aumento de capital com AFACs com controladas	-	4.217	-	-
Aumento de capital com AFACs de minoritários	-	-	-	111
Aumento de capital com AFACs	-	300.012	-	300.012
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	-	81
Pagamento de mútuo com dividendos com controladas	-	91.488	-	-
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	-	28.382	-	83.620
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	(13.106)	-	(32.400)	-

## ( 33 ) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	29 anos	25.139	50.434	42.714	287.590	405.877
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	26 anos	11.610	24.309	25.838	164.767	226.523
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	31 anos	123.372	245.510	243.313	3.740.181	4.352.376
Projetos de construção de usina	2 anos	201.243	168.100	-	-	369.343
<b>Total</b>		<b>361.364</b>	<b>488.353</b>	<b>311.865</b>	<b>4.192.538</b>	<b>5.354.119</b>

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas.

## ( 34 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

### 34.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
  - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

#### CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

### 34.2 Movimentações dos planos de benefício definido

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	175.300
Valor justo dos ativos do plano	(122.879)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>52.421</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>52.421</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano, conforme laudo Mercer, já contempla CPFL Geração até setembro de 2020 e CPFL Renováveis a partir de 01 de outubro de 2020, e são como segue:

<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019</b>	<b>152.254</b>
Custo do serviço corrente bruto	108
Juros sobre obrigação atuarial	11.274
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Benefícios pagos no ano	(10.371)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>175.300</b>

<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019</b>	<b>(105.914)</b>
Rendimento esperado no ano	(8.400)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Contribuições de patrocinadoras	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Benefícios pagos no ano	10.371
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(122.879)</b>

### 34.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 30/09/2020</b>	<b>33.638</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	704
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.330)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	34.578
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.151)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>52.421</b>
Outras contribuições	26
<b>Total passivo</b>	<b>52.447</b>
Circulante	<b>3.149</b>
Não Circulante	<b>49.298</b>

### 34.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<b>Ano de pagamento</b>	
2021	13.321
2022	13.578
2023	13.850
2024	14.074
2025 a 2030	87.983
<b>Total</b>	<b>142.806</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

### 34.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 são como segue:

	<b>2021</b>
	<b>estimadas</b>
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>4.027</b>

	<b>2020</b>
	<b>realizadas</b>
Custo do serviço	108
Juros sobre obrigações atuariais	11.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.400)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>2.982</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<b>31/12/2020</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

#### 34.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	<b>2020</b>
<b>Renda fixa</b>	<b>77%</b>
Títulos públicos federais	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%
Fundos de investimento multimercado	2%
Outros investimentos de renda fixa	9%
<b>Renda variável</b>	<b>18%</b>
Fundos de investimento em ações	18%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>
Fundos de participação	-
Fundos imobiliários	-
Fundos de investimento multimercado	1%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>
Depósitos judiciais e outros	1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	<b>Meta para 2021</b>
Renda Fixa	77,6%
Renda variável	18,6%
Imóveis	2,3%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
Investimentos estruturados	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%
	<b>100,00%</b>

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência determinarem a alocação de recursos de cada plano e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios, o planejamento de desinvestimento em ativos menos líquidos e o plano de realocação dos recursos advindos dos vencimentos dos títulos presentes no portfólio atual.

### **34.7 Análise de sensibilidade**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	4.457 (4.263)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.525) 4.504

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

\*\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### 34.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

## ( 35 ) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.2.

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**BO WEN**  
Presidente

**GUSTAVO ESTRELLA**  
Vice-presidente

**KARIN REGINA LUCHESI**  
**YUNWEI LIU**  
**FUTAO HUANG**  
**EDUARDO DOS SANTOS SOARES**  
  
Conselheiros

---

## DIRETORIA

---

**FUTAO HUANG**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

**FLÁVIO MARTINS RIBEIRO**  
Diretor de Engenharia Interino e Operação e  
Manutenção Eólica, Biomassa e Solar

**FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR**  
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e  
Diretor de Engenharia e Obras

**XINJIAN CHEN**  
Diretor Presidente Assistente

**RODOLFO COLI DA CUNHA**  
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

## CONTABILIDADE

---

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES**  
Coordenador de Serviços Contábeis  
CT CRC 1SP251528/O-0